



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA



## PLANO GERAL DE ATUAÇÃO 2023-2026

### ÁREA FINALÍSTICA

#### OBJETIVO: CRIMINAL | CRIME ORGANIZADO | LAVAGEM DE DINHEIRO

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Implementar base de dados para diagnosticar a criminalidade no Estado de Alagoas	P1.A01. Realizar termo de cooperação técnica com a SSP/AL, objetivando obter os dados dos Boletins de Ocorrência, Termos Circunstanciados de Ocorrência e Sistema de Procedimentos Policiais Eletrônicos.	Reuniões preparatórias.	2023
		Elaboração de Minuta de aditivo a termo de Cooperação Técnica, mantido pelo MP/AL, SSP/AL e SERIS/AL.	2023
		Apreciação da Minuta por parte da Assessoria Jurídica do MP.	2023
		Difusão da Minuta, para apreciação dos demais órgãos.	2023
		Subscrição de aditivo ao Termo de Cooperação Técnica.	2023
	P1. A02.Firmar Termos de Cooperação Técnica com outros Ministérios Públicos, para aquisição de sistemas de inteligência. OBS.: Antecipado do segundo para o primeiro	Subscrição de Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público da Paraíba, para implantação do Sistema Pandora em Alagoas.	Realizado
		Colaboração com a TI do Núcleo de Gestão do Conhecimento – NGC, do MP/PB, no desenvolvimento do Sistema Pandora, objetivando implementação de evoluções em sua utilização, para futura implantação na rede do MP/AL	2023-2024
		Implementação de 30 acessos provisório a membros do MP/AL, por login na estrutura de rede do MP/PB, para utilização do Sistema Pandora e atendimento de demandas gerais do MP/AL	Realizado

		Compartilhamento de bases de dados locais de Alagoas, disponíveis ao MP/AL, como contrapartida do Termo de Cooperação Técnica firmado com o MP/PB.	2025
		Implantação do Sistema Pandora, após o efetivo desenvolvimento das implementações, na rede do MP/AL.	2025
P2. Otimizar a atuação do MPAL nas persecuções criminais.	P2.A01. Difundir políticas de atuação junto dos Conselhos Municipais de Segurança.	Desenvolver junto aos Conselhos Municipais de Segurança, de forma regionalizada, palestras e treinamentos inerentes a suas áreas de atuação.	2023 – 2026
	P2.A02. Unificação de sistemas para se ter um acesso mais fácil aos sistemas de informação, para fins de ANPP, transação penal, sursis e demais negócios jurídicos processuais penais, e localização de pessoas.	Realizar tratativas com outros órgãos públicos e com concessionárias de serviços públicos, no sentido de adquirir bases de dados, para implementação em sistema a ser desenvolvido pelo NGI/AL.	2023
		Realizar tratativas para obtenção das bases de dados do SEEU.	2023
		Desenvolvimento do Sistema Pente Fino	2023
		Desenvolvimento do Sistema Lumiar	2023
		Desenvolver, com órgãos parceiros, sistema unificado para gestão de bases de dados unificadas, ara fins de ANPP, Transações penais e demais atos processuais penais, além da localização de pessoas.	2024-2025

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Não há custos previstos, além dos já apresentados nos TAPs.	

Indicador 1												
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta
Implementar banco de dados de criminalidade no Estado de Alagoas	Formalizar termo de cooperação técnica com a Secretaria de Segurança	Oferecer diagnóstico da criminalidade em Alagoas	Implementar base de dados para identificar a criminalidade no Estado de Alagoas.	Implementar base de dados que possibilite obter e sistematizar informações relativas à criminalidade e no Estado	Redução do índice de criminalidade no Estado de Alagoas.	Ministério Público do Estado de Alagoas e Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas - SSP/AL.	Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública e sociedade em geral.	Efetiva implementação do banco de Dados	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Núcleo de Gestão da Informação - NGI

	ça Pública do Estado de Alagoas, objetiva ndo obter dados de criminali dade no Estado de Alagoas.			de Alagoas, apresentan do-a em painéis e mapas.								
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--

Indicador 2													
Capacitaçõ es realizadas com Conselheir os Municipais de Segurança.	Medir o número de capacitações realizadas com os integrantes dos Conselhos Municipais de Segurança.	Medir a quantidade de capacitações realizadas.	Quantidad e de conselheir os municipais de segurança capacitado s.	Periodicamente, medir a quantidade de Conselheiros Municipais de Segurança capacitados.	Capacitar a totalidade dos Conselheiros Municipais do Estado de Alagoas.	Promoto res de Justiça Naturais .	Ministério Público e Conselho s Municipai s de Seguranç a.	100% dos Conselhei ros Municipai s - 50% em 2023 e 50% em 2024.	Porcent agem	POSI TIVA (maio r melh or)	Anual	Promotor Natural	Núcleo de Combate ao Crime.

Indicador 3													
Unificação dos sistemas de antecedent es criminais.	Medir a quantidade de sistemas acessados.	Ampliar o número de sistemas de informações criminais efetivamente acessados pelos órgãos de execução.	Quantidad e de sistemas acessados e Termos de Cooperaçã o Técnicas firmados.	Firmar parcerias com SSP, Instituto de Identificação, CIBJEC	Firmar parcerias com 6 instituições.	Ministéri o Público do Estado de Alagoas .	Ministério Público do Estado de Alagoas, órgãos de execução e a sociedad e.	6 Termos de parceria firmados em 4 anos, a partir de 2023. 2 por ano.	Valor numéric o	POSI TIVA (maio r melh or)	Anual	Hamilton Carneiro Júnior.	Centro de Apoio Operacion al - CAOP.

## OBJETIVO: CONSUMIDOR

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Qualidade da saúde complementar - Planos de Saúde	P1.A01. Criação de projeto/aplicativo denúncia/reclamações em face dos planos	Verificar a Porcentagem de implementação do sistema de denúncias/reclamações	De Abril de 2023 a Outubro de 2023
		Cotejo e tratamento dos dados levantados, e efetiva construção de parcerias, para fins de planejamento, criação e implementação do site/aplicativo	De Novembro de 2023 a Abril de 2024
		A efetiva criação e implementação de um site/aplicativo destinado à população para realização de denúncias e reclamações quanto à atuação dos planos de saúde em atuação local	De Maio de 2024 a Outubro de 2024
		Criação de Parcerias para fins de coibir abusos na relação de consumo e melhorar a atuação dos planos de saúde em relação aos seus usuários, tendo como um dos parâmetros os dados colhidos no site/aplicativo.	De Novembro de 2024 a Dezembro de 2026
P2. Evento legal – espaços seguros – fomento a segurança de espaços públicos e privados	P2.A01. Implementação dos dispositivos da “Lei Boate Kiss” (Recomendações, reuniões, parcerias com CBM/AL, CREA e Procons)	Discussões e audiências visando garantir a segurança em locais de grande concentração e circulação de pessoas, valendo-se de reuniões com o CBM/AL; CREA; Defesa Civil; Promotoria de Urbanismo, além de outros parceiros.	De Abril de 2023 a Outubro de 2023
		Atuação por meio do CAOP, com reuniões regionalizadas com atuação dos promotores naturais, objetivando, identificar o percentual de municípios com Plano Diretor adaptado à Lei da “Boate Kiss”	De Novembro de 2023 a Abril de 2024
		Atuação por meio do CAOP, com reuniões regionalizadas com atuação dos promotores naturais objetivando, fomentar à adaptação do Plano Diretor municipal pelos gestores.	De Maio de 2024 a Outubro de 2024
		Realização continua de palestras e seminários, bem como, fiscalizações coordenadas, objetivando a segurança em locais de grande concentração e circulação de pessoas.	De Novembro de 2024 a Dezembro de 2026

Previsão de custos													
Ação ou projeto							Custos						
Não há previsão de custos além do que já foi apresentado nos Termos de Apresentação de Projetos da área							R\$ 0,00						

Indicador 1													
Porcentagem de implementação do sistema de denúncias/reclamações	A efetiva criação e implementação de um site/aplicativo destinado à população para realização de denúncias e reclamações quanto à atuação dos planos de saúde em atuação local	Coibir abusos na relação de consumo e melhorar a atuação dos planos de saúde em relação aos seus usuários.	As etapas da efetiva implementação do site/sistema	Consiste no levantamentos de dados, termos de parcerias, planejamento, criação e implementação do site/aplicativo	Coibir abusos na relação de consumo e melhorar a atuação dos planos de saúde em relação aos seus usuários.	Promotora do Consumidor, TI, ANS, SAJ/TJ	Ministério Público, ANS, PROCONS, Defensorias e a sociedade em geral	100% - 2025	Porcentagem.	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Promotoria da Defesa do Consumidor	Responsável estratégico

Indicador 2													
Porcentagem de municípios com Plano Diretor adaptado à Lei da "Boate Kiss"	Mede a quantidade de municípios do Estado de Alagoas que possuam previsões no seu plano diretor de implementação efetiva das disposições da Lei da "Boate kiss".	Melhorar a segurança em locais de grande concentração e circulação de pessoas.	Adesão dos municípios às normas lei federal (Lei Boate Kiss).	Atuação por meio do CAOP, com reuniões regionalizadas com atuação dos promotores naturais no fomento à adaptação do Plano Diretor municipal	Uma melhor segurança em locais de grande concentração e circulação de pessoas.	Promotores naturais	Municípios, Ministério Público, CBM, CREA e a sociedade em geral.	100% dos municípios devidamente adequados à Lei da "Boate Kiss"	Porcentagem.	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Promotores naturais.	Responsável estratégico

## OBJETIVO: FUNDAÇÕES

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Fomentar a informatização da base de dados do terceiro setor: terceiro setor digital	p1.a1 Digitalização, inserção e atualização dessas informações na base de dados, disponíveis ao Ministério Público e a toda sociedade, com a inclusão das demais entidades do terceiro setor.	Digitalização, cadastro e envio ao arquivo dos procedimentos físicos de interesse do arquivo-geral de fundações.	2023-2024 (em andamento)
		Articulação com o poder público para sensibilizar sobre a necessidade de viabilizar o compartilhamento das informações do terceiro setor e firmar possíveis convênios e parcerias.	2024-2025
		Com o apoio do poder público complementar a base de dados e fomentar a Inclusão das demais entidades do terceiro setor no arquivo.	2025-2026
		Desenvolvimento do software com o apoio da TI/MPAL ou colaboradores oriundos de parcerias com as entidades ou com o poder público	2024-2025
	P1.A2. Transparência dos recursos recebidos, a qualquer título, pelas entidades do terceiro setor, com informações para toda sociedade.	Realizar o acompanhamento das despesas públicas direcionadas ao terceiro setor e firmar convênios com o poder público e outros órgãos de controle para acompanhar a alocação e uso dos recursos públicos com a divulgação em página própria no site do MPAL.	2023-2026 (em andamento)
P2. TERCEIRO SETOR EM REDE: Estimular a integração entre as entidades do terceiro setor, objetivando a ampliação da atividade fim	P2.A01. Articulação entre entidades do terceiro setor interessados em atuação simbiótica.	Articulação com as entidades para demonstrar a viabilidade do projeto e firmar parcerias/convênios/termos de cooperação.	2023-2026 (em andamento)
		Implementar o projeto com o Ministério Público como catalisador das ações, fomentando a articulação entre as entidades.	2023-2025 (em andamento)
	P2.A2. Acompanhar os resultados decorrentes da atuação simbiótica, aferindo os dividendos sociais obtidos.	Aferir a quantidade de pessoas atendidas em virtude da implementação do projeto e divulgar as entidades e os resultados obtidos.	2025-2026

Previsão de custos

Ação ou projeto	Custos
Fomentar a informatização da base de dados do terceiro setor: TERCEIRO SETOR DIGITAL	Sem custos
TERCEIRO SETOR EM REDE: Estimular a integração entre as entidades do terceiro setor, objetivando a ampliação da atividade-fim	Não há custos além dos previstos no TAP do projeto.

Indicadores													
Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Identificar a quantidade de entidades cadastradas no sistema	Confrontar a quantidade de entidades em funcionamento regular com as que formalmente foram constituídas	Ter o controle das entidades do terceiro setor e a alocação de recursos públicos	Entidades cadastradas no sistema	Construir o sistema, articular e normatizar a obrigatoriedade do cadastramento e confrontar o quantitativo com a meta almejada	100% das entidades cadastradas	Receita Federal, Cartórios de Registros de Pessoas Jurídicas e no próprio arquivogeral do MPAL	Ministério Público, Entidades do terceiro setor, Poder Público em todas as instâncias e todas as pessoas assistidas por essas organizações.	100% das entidades cadastradas	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Mensal	Promotoria de Fundações/ Entidades Parceiras	Givaldo de Barros Lessa
Identificar a quantidade de entidades cadastradas no sistema	Confrontar a quantidade de entidades em funcionamento regular com as que formalmente foram constituídas	Ter o controle das entidades do terceiro setor e a alocação de recursos públicos	Entidades cadastradas no sistema	Construir o sistema, articular e normatizar a obrigatoriedade do cadastramento e confrontar o quantitativo com a meta almejada	100% das entidades cadastradas	Receita Federal, Cartórios de Registros de Pessoas Jurídicas e no	Ministério Público, Entidades do terceiro setor, Poder Público em todas as	100% das entidades cadastradas	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Mensal	Promotoria de Fundações/ Entidades Parceiras	Givaldo de Barros Lessa

						próprio arquivo- geral do MPAL	instâncias e todos as pessoas assistidas por essas organiza- ções.						
Quantidade de entidades e pessoas beneficiada s diretament e com as parcerias.	Medir as entidades envolvidas.	Propiciar uma atuação articulada do terceiro setor, sistema “S” e poder público constando o Ministério Público como protagonista dessa articulação (agente catalizador)	Entidades beneficiad as e pessoas	Entidades ou pessoas efetivamente beneficiadas pelo termo de parceria	Estimular uma maior integração e prestação de serviços do terceiro setor	24 Promot oria de Justiça da capital e entidad es que aderire m ao projeto	MPAL, entidades parceiras, poder público e pessoas beneficia das.	20% de entidades de Maceió em 2023, 30% de entidades de Maceió em 2024 e 50% do total de entidades em 2025.	Porcent agem	POSI TIVA (maio r melh or)	Semestral	24 Promotoria de Justiça da capital e entidades que aderirem ao projeto	Givaldo de Barros Lessa
Quantidade de entidades e pessoas beneficiada s diretament e com as parcerias.	Medir as entidades envolvidas.	Propiciar uma atuação articulada do terceiro setor, sistema “S” e poder público constando o Ministério Público como protagonista dessa articulação (agente catalizador)	Entidades beneficiad as e pessoas	Entidades ou pessoas efetivamente beneficiadas pelo termo de parceria	Estimular uma maior integração e prestação de serviços do terceiro setor	24 Promot oria de Justiça da capital e entidad es que aderire m ao projeto	MPAL, entidades parceiras, poder público e pessoas beneficia das.	20% de entidades de Maceió em 2023, 30% de entidades de Maceió em 2024 e 50% do total de entidades em 2025.	Porcent agem	POSI TIVA (maio r melh or)	Semestral	24 Promotoria de Justiça da capital e entidades que aderirem ao projeto	Givaldo de Barros Lessa



# OBJETIVO: CORRUPÇÃO | PATRIMÔNIO PÚBLICO

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Fortalecer a atividade de investigação e repressão	P1.A01. Implantação de Núcleo de Apoio Técnico multidisciplinar, para apoio e efetividade da atividade-fim	Articular com o Núcleo de Perícias, direção do CAOP e outros núcleos para avaliar as demandas de apoio técnico e formação de plano	Janeiro a Fevereiro / 2025
		Levantar as disponibilidades de servidores na PGJ para formação de novo arranjo de apoio técnico aos órgãos de execução	Fevereiro a Abril / 2025
		Elaborar proposta de criação do Núcleo de Apoio Técnico, com atividades, quadro e custos previstos	Abril a Maio / 2025
		Apresentar à PGJ a proposta de criação do Núcleo	Maio a Junho / 2025
	P1.A02 Incrementar as atuais e firmar novas parcerias com órgãos e instituições para dinamizar atuação	Realizar levantamento dos convênios, parcerias e acordos existentes	Junho a Dezembro / 2023
		Articular com demais núcleos para avaliar as demandas	Janeiro a Dezembro / 2024
		Promover os contatos com os órgãos e instituições para formação de novas parcerias	Janeiro a Dezembro / 2024
		Formalizar os convênios, parcerias e acordos para dinamizar atuação na defesa do patrimônio público	Janeiro / 2024 a Dezembro/2026
P2. Fiscalizar as contratações públicas e admissões de pessoal no serviço público	P2.A01. Atuação na fiscalização do terceiro setor atuante no serviço público	Realizar levantamento nos Municípios acerca da terceirização de serviços públicos	Junho a Julho / 2023
		Preparar plano de atuação na fiscalização do terceiro setor e congêneres nos Municípios	Agosto / 2023
		Articulação com as Promotorias naturais, para fiscalização dos contratos de terceirização de servidores públicos	Agosto a setembro / 2023
		Realização dos procedimentos necessários para a fiscalização da terceirização de servidores públicos nos Municípios	Setembro/2023 a Março/2024

Previsão de custos

Ação ou projeto	Custos
P.1 A.01 Implantação de Núcleo de Apoio Técnico	Os custos da implantação serão levantados no decorrer da ação, e podem envolver admissão de pessoal e estruturação do núcleo
P.1 A.02 Incrementar as atuais e firmar novas parcerias	Não há previsão de custos
P.2 Fiscalizar as contratações e admissões de pessoal	Não há previsão de custos

Indicador 1													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Implantação do Núcleo de Apoio Técnico	Promover iniciativas institucionais para a efetiva implantação do Núcleo de Apoio Técnico, com a devida legislação, admissão de pessoal, capacitação, parcerias e desenvolvimento de atividades	Proporcionar aos membros que atuam na área o apoio na investigação, análise de dados e documentos, fornecimento de relatórios, dentre outros produtos que facilitem a conclusão de apurações em curso nos órgãos de execução	Percentual de implantação do Núcleo	Acompanhamento das etapas de implantação do Núcleo de Apoio Técnico	Melhores resultados nas apurações e conclusão de procedimentos investigatórios	MPAL, Poder Legislativo	MPAL	100% dividido em etapas da implementação.	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Secretaria do Diretor do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça	Diretor do CAOP

Indicador 2													
Incremento de novas parcerias e convênios	Acompanhar o incremento de parcerias com órgãos e instituições externos ao MPAL	Aprimorar a capacidade de investigação dos órgãos de execução	Quantidade e de convênios existentes	Acompanhamento da quantidade de convênios existentes	10 novos convênios	Setor de Contratos e Convênios da PGJ	MPAL e órgãos convencionais	10 novos convênios em 03 anos	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Setor de Contratos e Convênios da PGJ	Coordenador do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público/CAOP

Indicador 3													
Organizações sociais fiscalizadas	Número de organizações sociais fiscalizadas no	Assegurar a efetividade da correta aplicação	Fiscalizações efetuadas	Quantidade de OS fiscalizadas em relação às OS em	Efetividade na aplicação dos recursos	Base nacional de	Sociedade, Município	40% das OS em atividade	Porcentagem	POSITIVA (maior)	Semestral	NUDEPAT	Coordenador do NUDEPAT

no período	período	dos recursos públicos		atividade no serviço público	públicos destinados às OS	dados das OS	s, Estado, MPAL, TCE, TCU, CGU, CGE	nos Município s e Estado fiscalizad as no período		r melh or)			
------------	---------	-----------------------	--	------------------------------	---------------------------	--------------	-------------------------------------	---	--	------------------	--	--	--

## ÁREA DE ATUAÇÃO: DIREITOS HUMANOS

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Assegurar apoio, por meio de um atendimento especializado, humanizado e multiprofissional, não discriminatório, às vítimas de crimes, atos infracionais, graves violações de Direitos Humanos e catástrofes, priorizando a autocomposição, atuação em rede e a proteção de direitos.	P1.A1. Criação de núcleo específico de apoio às vítimas de crimes, atos infracionais graves violações de direitos humanos e catástrofes, na estrutura do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Alagoas.	1ª fase: Reuniões com os Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos, Núcleo de Combate ao Crime, Núcleo de Defesa da Mulher e Direção do CAOP/MPAL para adoção de iniciativa precursora ao Núcleo de Apoio às Vítimas de Crime (Resolução CNMP nº 243).	Fevereiro e março de 2023
		2ª Fase: Apresentação do Projeto de criação do GAVCrime – Grupo de Atendimento às vítimas de Crime/CAOP/MPAL, formado pelos Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos, Núcleo de Defesa da Mulher e de Combate ao crime – Em andamento	Fevereiro e março 2023
		3ª Fase: Aprovação. Instalação e execução do GAVCrime - Grupo de Atendimento às vítimas de Crime – Cronograma de atividades e protocolo de ação (documentação) – Em andamento.	Abril de 2023 a dezembro de 2024
		4ª Fase: Formação em rede, de equipe multidisciplinar de atendimento às vítimas de crime – Termos de cooperação. Voluntariado. Capacitação.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2024
		5ª Fase: Promover <b>Estudos comparativos</b> para criação e implantação do Núcleo de Apoio às Vítimas de Crime (NAVCrime), no âmbito do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Alagoas (Resolução CNMP nº 243), para apresentação à Administração Superior, em substituição ao GAVCrime.	Janeiro de 2025 a dezembro de 2026
		6ª fase: <b>Apresentação de Lei ou Ato Institucional</b> de Criação de núcleo específico de apoio às vítimas de crimes, atos infracionais	

		graves violações de direitos humanos e catástrofes, na estrutura do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Alagoas.	
		<b>7ª Fase:</b> Plena atuação em rede e protocolar do GAVCrime/CAOP/MPAL, em apoio às promotorias de Justiça. Capacitação de membros e servidores do MPAL.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026
		<b>Fases intercorrentes:</b> I. Acompanhamento da Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas de Crime, instituída em outubro de 2021 por meio da Resolução CNMP nº 243, integrando o Comitê Ministerial Nacional dos Direitos das Vítimas. Portaria 178/2022 do CNMP.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026
	P1.A02. Criação de um canal de atendimento virtual institucional às vítimas, adotando um protocolo unificado, informatizado e específico.	II. Reuniões com a Diretoria de Tecnologia de Informações e os Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos, Núcleo de Combate ao Crime, Núcleo de Defesa da Mulher e Direção do CAOP/MPAL, visando a criação de um canal de atendimento virtual institucional às vítimas de crime.	Junho de 2023 a dezembro de 2023
		III. Reuniões com a Ouvidoria MPAL e os Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos, Núcleo de Combate ao Crime, Núcleo de Defesa da Mulher e Direção do CAOP/MPAL, objetivando estabelecer o <b>APP OUVIDORIA MPAL</b> como canal de atendimento às vítimas de crime pelo GAVCrime.	Maio a dezembro de 2023
		IV. Criação de site e/ou canal virtual específico de atendimento às vítimas de Crime. V. Elaboração do Fluxograma de Atendimento às vítimas de Crime	Julho de 2023 a dezembro de 2024
		VI. Planejar e executar Campanhas institucionais	Julho de 2023 a dezembro de 2024

		de atenção e valorização da vítima, com divulgação do Canal de Atendimento às vítimas de Crime – Reuniões com a Diretoria de Comunicação e os Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos, Núcleo de Combate ao Crime, Núcleo de Defesa da Mulher e Direção do CAOP/MPAL.	
		VII. Coleta de dados dos resultados alcançados com o atendimento às vítimas de Crimes pelo GAVCrime e em apoio às Promotorias de Justiça;	Janeiro de 2023 a dezembro 2026
<p>P2. Assegurar a proteção integral inclusiva da <b>Pessoa com Deficiência</b>, priorizando ações à concretização de políticas públicas de segurança, acessibilidade, inclusão estrutural, digital e social, com atenção especial a portadores de doença mental sem referência familiar.</p>	<p>P2.A1. Celebrar termos de cooperação com órgãos Federal, Estadual e Municipal, para eliminação de barreiras estruturais, possibilitando a acessibilidade de <b>peessoas com deficiência</b>, fortalecendo o suporte institucional às Promotorias de Justiça, que atuam no atendimento de pessoas com deficiência, disponibilizando assistência social, psicológica e jurídica.</p>	Articulação com os promotores naturais do interior e capital, objetivando o levantamento de barreiras estruturais à acessibilidade de <b>peessoas com deficiência em órgãos públicos</b> e a existência de políticas públicas nos municípios, que visem a inclusão digital, por meio de Termo de Cooperação com órgão públicos e privados.	Maio de 2023 a dezembro de 2024
		Incentivar a elaboração de iniciativas e projetos, para eliminação de barreiras estruturais, possibilitando a acessibilidade e a inclusão digital de Pessoas com deficiências, com atuação em rede, pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Promotorias de Justiça.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026
	<p>P2.A2. Fortalecer suporte institucional às Promotorias de Justiça que atuam no atendimento de pessoas com deficiência, disponibilizando assistência social, psicológica e jurídica</p>	<p>Promover estudos sobre modelo de formação de equipe multidisciplinar para dar suporte institucional às Promotorias de Justiça no atendimento de Pessoas com deficiência.</p> <p>Implantação de apoio às Promotorias de Justiça no atendimento de pessoas com deficiência, disponibilizando atendimento por equipe</p>	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026

		<p>multidisciplinar, em rede (Termos de Cooperação).</p> <p>Apresentação de Projeto de Criação de Grupo Especializado ou Núcleo de Apoio multidisciplinar, no âmbito do CAOP/MPAL.</p> <p>Elaboração de protocolo de atendimento, em rede.</p>	
		Coleta trimestral/semestral de dados junto às Promotorias de Justiça e Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, referente aos Termos de Cooperação (atendimento em rede), firmados no período.	Maio de 2023 a novembro de 2026
<p>P3. Promover instrumentos de <b>proteção integral à Pessoa Idosa</b>, priorizando o incentivo à criação de políticas públicas de inclusão digital, como direito fundamental.</p>	<p>P3.A1. Assegurar, por meio de ações específicas e projetadas pelas Promotorias de Justiça, visando a criação de políticas públicas de inclusão digital à <b>Pessoa idosa</b></p>	<p>Articulação com os promotores naturais do interior e capital, com o fim de levantar dados acerca da existência de políticas públicas nos municípios, que visem a inclusão digital da Pessoa Idosa, objetivando a elaboração de boas práticas e projetos, apresentando um diagnóstico.</p> <p>Incentivar as Promotorias de Justiça à elaboração de iniciativas e projetos de inclusão digital da Pessoa idosa.</p>	Janeiro de 2023 a novembro de 2024
	<p>P3.A2. Criação de setor para atendimento especializado multiprofissional, em apoio às Promotorias de Justiça que atuam na defesa dos direitos fundamentais da <b>Pessoa idosa</b>.</p>	<p>Promover estudos sobre o modelo de equipe multidisciplinar para dar suporte institucional às Promotorias de Justiça no atendimento à Pessoa Idosa.</p> <p>Apresentação de Projeto de Criação de Grupo Especializado ou Núcleo de Apoio multidisciplinar, no âmbito do CAOP/MPAL.</p> <p>Elaboração de protocolo de atendimento, em rede.</p>	Janeiro de 2023 a novembro de 2026
		Coleta trimestral/semestral de dados junto às Promotorias de Justiça e Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, referente a boas práticas, ações, iniciativas e projetos de inclusão digital de	Janeiro de 2023 a novembro de 2026

		Pessoas Idosas.	
--	--	-----------------	--

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
* Sem previsão de custos extraordinários para a administração * Previsão específica condicionada a disponibilidade financeira à aprovação de Projetos.	0,00

Indicadores													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
<b>Percentual de execução das fases de criação do Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV).</b>	Acompanhar as fases das ações institucionais para efetiva criação e funcionamento do Núcleo de Apoio às Vítimas.	A efetiva criação e funcionamento do Núcleo de Atendimento às Vítimas	Realização de cada fase ao efetivo funcionamento do Núcleo de Apoio às Vítimas.	Criação do Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV) por Resolução do Colégio de Procuradores (25%); Estruturação do NAV (25%), Implantação do NAV com designação do Coordenador e equipe multiprofissional (25%) e Funcionamento com atendimento especializado às vítimas (25%).	A efetiva estruturação e funcionamento do Núcleo de Apoio às Vítimas, promovendo o atendimento qualificado	PGJ – Diretoria Geral	Unidades Institucionais do Ministério Público de Alagoas e a sociedade em geral.	100% - Percentual das fases de evolução da execução do NAV – Núcleo de Apoio às Vítimas, mensurada a cada fase em 25%	Percentual	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/C AOP	Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Alagoas
<b>Número de registros de atendimento virtual às vítimas</b>	Com a criação do protocolo de atendimento virtual às vítimas, é possível mensurar o número de registros no canal criado ou destinado para esse fim, estabelecendo-se uma meta anual.	Efetivo atendimento às vítimas	Quantitativo por estabelecimento de meta	O Registro de atendimento virtual às vítimas será levantado, trimestralmente, com a finalidade de alcançar a meta anual estabelecida de forma progressiva.	Estabelecer um canal de atendimento às vítimas de crimes	CAOP, NAV e Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos	Unidades Institucionais do Ministério Público de Alagoas e a sociedade em geral	Meta anual inicial de 100 atendimentos virtuais às vítimas, acrescida a cada ano de 10% do total alcançado no ano	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/C AOP	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/ CAOP



								anterior.					
<b>Número de Termos de Cooperação Firmados com Órgãos Públicos Federal, Estadual e Municipal.</b>	Levantamento do número de termos de cooperação firmados pelas unidades do Ministério Público de Alagoas, com o fim de garantir a proteção integral da Pessoa com Deficiência	Assegurar Direitos da Pessoa Com Deficiência	Termos de Cooperação firmados com órgãos Públicos	O número de Termos de Cooperação firmados para realização de ações que visem assegurar os direitos fundamentais da Pessoa com Deficiência, será levantado semestralmente buscando alcançar o programa estratégico, conforme metas estabelecidas anualmente.	Buscar parcerias para assegurar a proteção integral da Pessoa com Deficiência.	CAOP e Promotorias de Justiça especializadas.	Ministério Público de Alagoas e a sociedade em geral.	A meta será a realização ou renovação de 10 Termos de Cooperação, anualmente.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/CAOP	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/CAOP
<b>Implementação de equipe multidisciplinar em suporte às Promotorias de Justiça</b>	Implementação efetiva de equipe formada por psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais.	Assegurar Direitos da Pessoa Com Deficiência	A efetiva criação do equipe multidisciplinar	A regulamentação e criação de um setor técnico multidisciplinar para atender às Promotorias de Justiça.	Disponibilizar às Promotorias de Justiça um setor técnico multidisciplinar para atendimentos e elaboração de pareceres técnicos.	PGJ e Direção Geral.	Ministério Público de Alagoas e a sociedade em geral.	100%. 25% regulamentação; 25% capacitação e realocação dos especialistas; 25% realização de convênio com órgão públicos e 25% efetiva implementação do Setor.	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Trimestral	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/CAOP	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/CAOP
<b>Número de ações e projetos realizados</b>	Levantar o número de ações realizadas pelas unidades do Ministério Público, com o fim de criar políticas públicas de inclusão digital da Pessoa idosa	Assegurar atuação proativa das Unidades do Ministério Público de Alagoas em defesa da inclusão digital e dos Direitos Fundamentais da Pessoa idosa.	As ações e projetos realizados pelas unidades do Ministério Público de Alagoas	Levantamento do número das ações e projetos realizadas pelas unidades do Ministério Público de Alagoas vinculadas ao planejamento institucional estratégico do MPAL e Nacional	A atuação proativa do MPAL na concretização de Políticas Públicas, que assegurem a inclusão digital da Pessoa Idosa	ASPLAGE e INOVA	Ministério Público de Alagoas e Sociedade em geral	20 ações inicialmente, com progressão nos anos seguinte no percentual de 20%.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/CAOP	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/CAOP

<b>Implementação de equipe multidisciplinar em suporte às Promotorias de Justiça</b>	Implementação efetiva de equipe formada por psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais.	Assegurar Direitos da Pessoa Com Deficiência	A efetiva criação do equipe multidisciplinar	A regulamentação e criação de um setor técnico multidisciplinar para atender às Promotorias de Justiça.	Disponibilizar às Promotorias de Justiça um setor técnico multidisciplinar para atendimentos e elaboração de pareceres técnicos.	PGJ e Direção Geral.	Ministério Público de Alagoas e a sociedade em geral.	100%. 25% regulamentação; 25% capacitação e realocação dos especialistas; 25% realização de convênio com órgão públicos e 25% efetiva implementação do Setor.	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Trimestral	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/CAOP	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos/CAOP

## OBJETIVO: EDUCAÇÃO

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Acesso e Permanência na Escola	P1.A01. Criar ações para adequação estrutural do ambiente escolar (LDB, art. 4º inciso IX) incluindo a remoção de barreiras para garantia da universalização da educação para pessoas com deficiência (Meta 4 do Plano Nacional de Educação, LDB, Capítulo III, art. 4º, inciso III)	Realização de peças, <i>kits</i> , estratégias, reuniões para execução do projeto	De abril de 2023 a dezembro de 2024
		Apoio aos Promotores de Justiça	De abril de 2023 a dezembro de 2024
		Desenvolvimento de projeto/ação/programa na área referente à acessibilidade.	De abril de 2023 a dezembro de 2024
	P1.A02. Criar ações de potencialização na fiscalização do transporte escolar	Realização de peças, <i>kits</i> , estratégias, reuniões para execução do projeto	De abril de 2023 a dezembro de 2024
		Apoio aos Promotores de Justiça	De abril de 2023 a dezembro de 2024
		Ampliar a difusão e uso do Aplicativo Transporte Legal	
	P1.A03. Criação de ações para fiscalização e cumprimento da meta 1 do PNE	Realização de peças, <i>kits</i> , estratégias, reuniões para execução do projeto	De abril de 2023 a dezembro de 2024
P2. P2. Garantia de padrão de qualidade da educação (CF, art. 206, inciso VII)	P2.A01. A Criação de ações para fiscalização e Implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017)	Apoio aos Promotores de Justiça	De abril de 2023 a dezembro de 2024
		Realização de peças, <i>kits</i> , estratégias, reuniões para execução do projeto, inclusive acompanhando os desdobramentos relacionados à suspensão realizada por Decreto do Governo Federal sobre o tema	De abril de 2023 a dezembro de 2024
	P2.A02. Criar ações para fiscalização do cumprimento das normas de valorização dos profissionais da educação escolar (CF, art. 206, inciso V)	Realização de peças, <i>kits</i> , estratégias, reuniões para execução do projeto.	De abril de 2023 a dezembro de 2024
	P2.A03. Promover ampla divulgação do cardápio escolar com mecanismos de “denúncias”	Realização de peças, <i>kits</i> , estratégias, reuniões para execução do projeto Coordenação junto ao MPF em razão da origem da verba (PNAE). Ampliar as ações do Projeto Sede de Aprender juntamente com o TCE na	De abril de 2023 a dezembro de 2024

	fiscalização da merenda escolar.	
--	----------------------------------	--

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Projeto Sede de Aprender e Projeto Transporte Legal	Custos apenas já previstos nos TAP's dos projetos.

Indicadores													
[01. Nome do Indicador]	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Número de adesões de Promotorias Naturais	Criação de projetos de atuação pelo NUDED para atuação sistêmica dos Promotores Naturais	Potencializar a atuação ministerial para a adequação da estrutura dos estabelecimentos de ensino, também com vistas na remoção de barreiras	Número de Promotorias Naturais em atuação	Criação de projeto (Kit de Peças) (25%); Divulgação do Projeto para os Promotores Naturais (25%); Mensuração do índice de atuação por Comarcas (25%); Coleta de resultados (25%)	Fomentar a atuação para redução de barreiras e adequação estrutura de escolas	Promotores Naturais, Secretarias de Educação e UNDIME	Secretarias de Educação; Promotores Naturais; Alunado	50% de atuação/adesão	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Promotores Naturais	NUDED
Índice de atuação de Promotores Naturais	Criação de projetos de atuação pelo NUDED para atuação sistêmica dos Promotores Naturais	potencializar a fiscalização do transporte escolar	Número de adesões dos Promotores Naturais	Criação de projeto (Kit de Peças) (25%); Divulgação do Projeto para os Promotores Naturais (25%); Mensuração do índice de atuação por Comarcas (25%); Coleta de resultados (25%)	Fomentar a atuação para adequação do Transporte legal à normativa de regência	Procedimentos de cada Promotora de Justiça	Secretarias de Educação e Promotores Naturais	50% de adesão	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Promotores Naturais	NUDED
Índice de atuação de Promotores Naturais	Criação de projetos de atuação pelo NUDED para atuação sistêmica dos Promotores Naturais	potencializar a fiscalização do acesso a educação infantil (Meta 1 do PNE)	Número de adesões dos Promotores Naturais	Criação de projeto (Kit de Peças) (25%); Divulgação do Projeto para os Promotores Naturais (25%); Mensuração do índice de atuação por Comarcas (25%); Coleta de resultados (25%)	Fomentar a atuação para cumprimento da meta 1	Procedimentos de cada Promotora de Justiça Natural	Secretarias de Educação UNDIME, Promotores Naturais	50% de atuação	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Promotores Naturais	NUDED
Índice de atuação de	Criação de projetos de atuação pelo	potencializar a fiscalização da	Número de adesões	Criação de projeto (Kit de Peças) (25%);	Fomentar a atuação para	Procedimentos	Secretarias de	50% de atuação	Porcentagem	POSITIVA	Anual	Promotores Naturais	NUDED

Promotores Naturais	NUDED para atuação sistêmica dos Promotores Naturais	implantação da Lei nº 13.415/2017	dos Promotores Naturais	Divulgação do Projeto para os Promotores Naturais (25%); Mensuração do índice de atuação por Comarcas (25%); Coleta de resultados (25%)	cumprimento das normas relativas ao Novo Ensino Médio	de cada Promotória de Justiça Natural	Educação UNDIME, Promotores Naturais			(maior melhor)			
Índice de atuação de Promotores Naturais	Criação de projetos de atuação pelo NUDED para atuação sistêmica dos Promotores Naturais	potencializar a fiscalização quanto às determinantes específicas de cada localidade de valorização dos profissionais da educação	Número de adesões dos Promotores Naturais	Criação de projeto (Kit de Peças) (25%); Divulgação do Projeto para os Promotores Naturais (25%); Mensuração do índice de atuação por Comarcas (25%); Coleta de resultados (25%)	Fomentar a atuação para cumprimento das normas relativas à valorização dos profissionais de educação	Procedimentos de cada Promotória de Justiça Natural	Secretarias de Educação, Conselho Estadual de Educação, UNDIME, Promotores Naturais	50% de atuação	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Promotores Naturais	NUDED
Índice de atuação de Promotores Naturais	Criação de projetos de atuação pelo NUDED para atuação sistêmica dos Promotores Naturais	potencializar a fiscalização da qualidade da merenda escolar	Número de adesões dos Promotores Naturais	Criação de projeto (Kit de Peças) (25%); Divulgação do Projeto para os Promotores Naturais (25%); Mensuração do índice de atuação por Comarcas (25%); Coleta de resultados (25%)	Fomentar a atuação para fiscalização da qualidade da merenda escolar	Procedimentos de cada Promotória de Justiça Natural	Secretarias de Educação, Conselho Estadual de Educação, UNDIME, Promotores Naturais	50% de atuação/a desão	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Promotores Naturais	NUDED

## OBJETIVO: CRIANÇA E ADOLESCENTE

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Proteção Integral da Socioeducação	<p>P1.A01. Implantar e fortalecer os Programas Socioeducativos em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade em todos os Municípios Alagoanos</p> <p>P1.A02. Implementação e fortalecimento da Política de Atenção ao Egresso do Sistema Socioeducativo: fomentar à priorização da política de proteção social, a promoção do fortalecimento dos vínculos familiares, da profissionalização, da aprendizagem, da escolarização e outras ações inclusivas na perspectiva do resgate da condição cidadã.</p>	Articulação com o Núcleo da Infância visando definição do mapeamento dos Municípios com o Serviço de LA e PSC e dos CREAS para conhecimento e verificação de uma viabilização de uma regionalização desta implantação	Maio/2023 a outubro/2024
		Oficinas para estimular a adesão de Promotorias Naturais para a articulação nos Municípios visando a criação dos respectivos Serviços de LA e PSC, os quais representam o Programa Socioeducativo em Meio Aberto	Maio/2023 a outubro/2026
		Fomento à Execução de Projeto de Adesão de implantação e Fortalecimento do s Programas Socioeducativos em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (Projeto Socioeducação: Lugar de Adolescente é em casa)	Maio/2023 a novembro/2026
		.Projetos Diálogos sobre Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - em análise	Previsão: Maio/2023 a março/2024
		O Projeto Selo Amigo da Socioeducação do P1 – P1A02 foi antecipado e pretende ser futuro Programa.	Previsão execução anual, sendo este : Maio/2023 a janeiro/2023
		Projeto Aprendizado na Medida do P1 - P1A02 antecipação.	Previsão: Fevereiro/2024 a Fevereiro/2025
		Prorrogação da Execução do Projeto Socioeducação em Dados. Este Projeto além de ter como incidência a ação P1.A01, antecipou a ação P1.A02.	Previsão: Maio/2023 a outubro/2023
P2. Garantir e fortalecer a proteção dos direitos individuais e sociais indisponíveis de crianças e adolescentes em situação	P2.A01. Fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes, assegurando a implementação de acolhimento familiar em todos os Municípios do Estado de Alagoas	Execução do Projeto Segunda Etapa do Acolher para Proteger	Previsão: Maio/2023 a dezembro/2024
		Ação estratégica para Destinação de parte do imposto devido de Pessoa Física na Declaração de Imposto de Renda - em execução – proposta de ser Programa	Abril/2023 a novembro/2023

de vulnerabilidade socioeconômica			
P03 – Fortalecer a rede de proteção da criança e do adolescente em especial às vítimas de crime	P3.A01. Desenvolvimento e estruturação da rede de proteção à criança e adolescente vítimas de crimes	Execução do Projeto Dever de Casa: Proteção e Inclusão nas Escolas	Previsão: Maio/2023 a março/2024
		Execução do Projeto APP Escola que Protege	Previsão: Maio/2023 a março/2024

Previsão de custos	
	Custos
Socioeducação em Dados; Selo Amigo da Socioeducação; Projeto Segunda Etapa do Acolher para Proteger; Projeto APP Escola que Protege; Diálogos sobre Medida Socioeducativa em Meio Aberto.	Custos já previstos nas propostas dos Projetos

Indicadores													
[01. Nome do Indicador]	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Número de Municípios que implementaram os Programas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade	Medir os Serviços Municipais de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade nos Municípios, efetivando a ressocialização na Socioeducação	Atender aos comandos constitucionais e legais atinentes à política de atendimento da criança e do adolescente, garantindo a prioridade absoluta na perspectiva da proteção integral, em que será oportunizado a igualdade, a não discriminação, a dignidade e à inclusão sociofamiliar de adolescentes em conflito com a lei, promovendo ainda a	Porcentagem em de Municípios que implementarem os Programas Socioeducativos em Meio Aberto: LA e PSC	Estimular a adesão de Promotorias Naturais para a articulação nos Municípios visando a criação dos respectivos Serviços de LA e PSC, os quais representam o Programa Socioeducativo em Meio Aberto	Adesão das Promotorias Naturais e efetiva criação dos Serviços de LA e PSC, visando a concretização de direitos individuais e sociais inclusivos na sociedade, bem como impactando à diminuição dos índices de reincidência juvenil e de violência em geral	Secretarias de Assistência Municipal, Secretarias Estaduais de Assistência Social, Promotorias Naturais, Núcleo da Infância e da Juventude do	Todos os integrantes do Sistema de Garantias de Direitos e a Sociedade em Geral	Meta mínima 40% e meta máxima 60%	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Núcleo da Infância e da Juventude da Capital do CAOP/MPA L	Responsável pelo Objetivo Estratégico

		prevenção e o aumento da violência				CAOP/MPAL e Corregedoria-Geral do Ministério Público							
Quantidade de número de Municípios que implementaram a Política de Acolhimento Familiar	Medir os Serviços de Acolhimento Familiar nos Municípios, efetivando a proteção socioassistencial de crianças e adolescentes	Atender aos comandos constitucionais e legais atinentes à política de atendimento da criança e do adolescente, garantindo a prioridade absoluta na perspectiva da proteção integral, em que será oportunizado a igualdade, a não-discriminação, a dignidade e à inclusão sociofamiliar de crianças e adolescentes, promovendo ainda o resgate da cidadania	Porcentagem de Municípios que implementarem o Programa de Acolhimento Familiar	Estimular a adesão de Promotorias Naturais para a articulação nos Municípios visando a criação dos respectivos Programas de Acolhimento Familiar, os quais representam a proteção socioassistencial	Adesão das Promotorias Naturais e efetiva criação dos Programas de Acolhimento Familiar, visando a concretização de direitos individuais e sociais inclusivos na sociedade	Secretarias de Assistência Municipais, Secretaria Estadual de Assistência Social, Promotorias Naturais, Núcleo da Infância e da Juventude do CAOP/MPAL e Corregedoria-Geral do Ministério Público	Todos os integrantes do Sistema de Garantias de Direitos e a Sociedade em Geral	meta mínima 40% e meta 60%.	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Núcleo da Infância e da Adolescência do CAOP MPAL e Promotores naturais	Responsável pelo Objetivo Estratégico
Quantidade de Municípios com rede de atenção à crianças e adolescentes, vítimas de crimes,	Medir a quantidade de Municípios com estrutura de rede de atenção à crianças e adolescentes, vítimas de crimes, para proceder a garantia de direitos, com foco em evitar a revitimização	Garantir a proteção da criança e do adolescente vítimas de crimes e priorizar a respectiva garantia de direitos fundamentais	Porcentagem de Municípios com rede de proteção devidamente implementada	Estimular a adesão das promotorias naturais para fomentarem e articularem a implementação e fortalecimento da rede de proteção nos Municípios	Promover a garantia de direitos por meio da estruturação da rede de proteção	Municípios, promotorias naturais, Núcleo da Criança e do Adolescente	Todos os integrantes do Sistema de Garantias de Direitos e a Sociedade	meta mínima 30% e meta máximo 50%	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Promotores naturais, Municípios e Núcleo da Infância e da Adolescência do CAOP MPAL	Responsável pelo Objetivo Estratégico



devidament e estruturada s para proceder a garantia de direitos, com foco em evitar a revitimizaç ão						ente do CAOP MPAL	e em Geral							
--	--	--	--	--	--	-------------------------	---------------	--	--	--	--	--	--	--

## OBJETIVO: PROMOVER A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Universalização do Saneamento Básico	P1.A01. Cobrar a implementação de medidas efetivas na implantação de adequados sistemas de drenagens em todos os municípios, de forma a prevenir inundações.	Realizar um diagnóstico da situação atual de cada município;	Prazo 6 meses; De abril de 2023 à outubro de 2023;
		Articulação com os promotores naturais para cobrança da adequação dos sistemas de drenagens.	De novembro de 2023 à abril de 2024;
		Coleta dos dados dos resultados alcançados pela articulação com os promotores naturais;	De abril de 2024 Até dezembro de 2026.
		Execução Projeto Barragem segura Autos: 20.08.1357.0000165/2022-03	Prazo de 12 meses; De 21 de março de 2023 à 21 de Março.
P1.Universalização do Saneamento Básico	P1.A02. Acompanhamento do cumprimento dos contratos de concessão dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário de todos os municípios.	Realizar um diagnóstico da situação atual de cada município;	Prazo 6 meses; De abril de 2023 à outubro de 2023;
		Articulação com os promotores naturais para cobrança do cumprimento dos contratos de concessão firmados.	De novembro de 2023 à abril de 2024;
		Coleta dos dados dos resultados alcançados pela articulação com os promotores naturais;	De abril de 2024 Até dezembro de 2026.
P2.Defesa dos recursos hídricos por bacia hidrográfica e conservação de fauna e flora	P2.A01. Apoio à fiscalizações preventivas integradas por bacia hidrográfica buscando o uso sustentável dos recursos naturais, melhoria da qualidade de vida da população, proteção dos corpos hídricos e conservação da fauna e da flora.	Realizar ações de acompanhamento de reservas decorrentes do Projeto Pró-Reservas e criação de novas reservas. PA n. 09.2018.00000.610-9 da 5ª PJC;	De abril de 2023 à dezembro de 2026.
		Execução do Programa FPI do São Francisco.	De abril de 2023 à dezembro de 2026.
		Projeto Pro-Manguezais: 20.08.1357.0000163/2022-60.	Prazo de 12 meses; De 21 de março de 2023 à 21 de Março.
P2.Defesa dos recursos hídricos por bacia hidrográfica e conservação de fauna e flora	P2.A02. Conservação da fauna e flora ameaçadas no Estado de Alagoas – Planos de Ação para conservação de espécies e habitats	Realização das de acompanhamento dos resultados do Projeto Reintrodução do Mutum de Alagoas	De abril de 2023 à dezembro de 2026.
		Primeira etapa da conservação do Macaco-Prego-Galego	TAP em análise.
		Projeto de Conservação do Papagaio-do-mangue;	TAP em análise.

Previsão de custos

Ação ou projeto	Custos
Não há previsão de custos além do que já foi apresentado nos Termos de Apresentação de Projetos da área	R\$ 00,00

Indicador 1													
Índice de implementação de medidas efetivas na implantação de adequados sistemas de drenagens em todos os municípios, de forma a prevenir inundações.	Mede a implementação das medidas efetivas de implantação dos sistemas de drenagens nos municípios.	Avaliar a efetivação da implantação dos sistemas de drenagens nos municípios, de forma a prevenir inundações.	Medidas de efetiva implantação dos adequados sistemas de drenagem nos municípios.	Encaminhamento de expedientes aos órgãos responsáveis pela implantação dos sistemas de drenagens e reuniões com os gestores públicos municipais.	Prevenir inundações.	Órgãos públicos competentes.	Toda sociedade, especialmente as comunidades localizadas em áreas de riscos de inundações, e órgãos públicos.	Meta da Capital - 80% de cobertura do sistema eficiente e adequado de drenagem. Meta municípios (interior) - 80% de cobertura do sistema eficiente e adequado de drenagem em 30 municípios alagoanos.	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Promotores de cada município/co marca.	Coordenador do Núcleo do Meio Ambiente.

Indicador 2									
Índice de cumprimento dos contratos de concessão dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário de todos os municípios.	Mede o cumprimento dos contratos de concessão dos serviços de fornecimento de água e esgotamento.	Garantir que os contratos de concessão de serviços de fornecimento de água e esgotamento sejam efetivamente cumpridos.	O efetivo cumprimento dos contratos de concessão de serviços de fornecimento de água e esgotamento em todos os municípios	Cobrar das empresas concessionárias a remessa dos contratos de concessão, bem como relatórios trimestrais quanto ao cumprimento das ações e metas estabelecidas nos respectivos contratos. Diligenciar, junto aos órgãos de regulação, informações acerca do cumprimento dos contratos de concessão.	O atingimento das metas de universalização do saneamento básico indicadas nos contratos de concessão.	As empresas concessionárias e os órgãos regulação.	A sociedade de forma geral e órgãos públicos.	100% - Acompanhar o cumprimento de todos os contratos de concessão de serviços de fornecimento de água e esgotamento em todos os municípios do estado de Alagoas.	Porcentagem

Indicador 3													
Fiscalizações para conservação dos recursos hídricos por Bacia Hidrográfica no	Medir a quantidade de fiscalizações preventivas	Aumento da periodicidade das fiscalizações	Ações integradas de fiscalização	Levantamento de campo, reuniões, visitas in loco	Aumento da periodicidade das fiscalizações dos órgãos ambientais	Procedimentos administrativos	Sociedade em geral, Ministério Público e	Três ações integradas por ano coordenada	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	4ª, 5ª e 6ª Promotorias de Justiça da Capital	4ª, 5ª e 6ª Promotorias de Justiça da Capital e

Estado de Alagoas.	integradas por bacia hidrográfica.		realizadas		de Alagoas	das promotori as e relatórios de fiscalizaç ão	Órgãos parceiros	s ou apoiadas pelo MPAL		r)			Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
--------------------	--	--	------------	--	------------	--	---------------------	-------------------------------	--	----	--	--	--

Indicador 4													
Planos de Ação para conservação de espécies e seus habitats	Medir a quantidade planos de ação e seus respectivos protocolos	Evolução das ações para conservação de espécies e seus habitats no Estado de Alagoas	Planos de Ação e Protocolos aprovadas e executados	Reuniões, visitas, protocolos, planos e relatórios	Consolidação e aumento de instrumentos (Planos de Ação) para Preservação de espécies e habitats	Procedim entos administr ativos para acompan hamento de políticas públicas (por plano de ação)	Sociedade em geral, Ministério Público e Órgãos parceiros	Aprovação de de um plano de ações e seus respectivos protocolos (normalme nte 3) por ano + acompanha mento trimestral dos planos já aprovados	Valor numérico	POSI TIVA (maior melho r)	Trimestral	4ª, 5ª e 66ª Promotorias de Justiça da Capital	4ª, 5ª e 66ª Promotorias de Justiça da Capital e Núcleo de Defesa do Meio Ambiente

## OBJETIVO: MULHER | GRUPOS VULNERÁVEIS

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Inclusão no calendário escolar da educação básica, de conteúdos visando sensibilização e prevenção da violência doméstica e familiar e minorias sociais;	P1.A01. Articulação junto às Secretarias municipais e estaduais de educação para implementar nos currículos escolares de educação básica o conteúdo de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher e minorias sociais.	<p>01-Execução do Projeto: Dever de casa, com articulação junto às Secretarias municipais e estaduais de educação para implementar nos currículos escolares de educação básica o conteúdo de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher e contra as minorias sociais e</p> <p>02- Articular junto às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação para MEDIR O ÍNDICE DE ADESAO DAS ESCOLAS PARA INCLUSÃO DE CONTEÚDO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS</p> <p>03-VERIFICAR Junto às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, a QUANTIDADE DE ESCOLAS QUE INCLUÍRAM NO CALENDÁRIO ESCOLAR O CONTEÚDO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS</p>	Maio 2023-2024
	P1.A02. Fomentar junto as escolas municipais e estaduais, a inclusão de atividades, tais como: rodas de conversa, palestras, veiculação de vídeos, feiras, jogos, concurso de redação, entre outros, abordando tema de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher e violência contra as minorias sociais;	<p>Execução do projeto com, REUNIÕES E PARCERIAS COM AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E ADESAO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA NATURAIS</p> <p>Paralelo ao Projeto e não limitado ao projeto, iremos realizar ações contínuas, junto aos Promotores naturais que aderirem ao Projeto, no sentido de fomentar nas escolas Municipais e Estaduais, reuniões, grupos de conversa, palestras, veiculação de vídeos, feiras, jogos, concurso de redação, entre outros, abordando tema de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher e prevenção à violência contra as minorias sociais;</p>	MAIO 2024-2026

		fazer o levantamento estatístico, Junto às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, e com os Promotores de Justiça que aderiram ao Projeto e executaram, a QUANTIDADE DE ESCOLAS QUE INCLUÍRAM NO CALENDÁRIO ESCOLAR O CONTEÚDO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR E de combate à violência contra as MINORIAS SOCIAIS	
--	--	--	--

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Não há	

Indicadores													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
ÍNDICE DE ADESÃO DAS ESCOLAS PARA INCLUSÃO DE CONTEÚDO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS	MEDIR O ÍNDICE DE ADESÃO DAS ESCOLAS PARA INCLUSÃO DE CONTEÚDO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS	VERIFICAR A QUANTIDADE DE ESCOLAS QUE INCLUÍRAM NO CALENDÁRIO ESCOLAR O CONTEÚDO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS	QUANTIDADE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURRÍCULOS COM CONTEÚDO VOLTADO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS.	criação de projeto, reuniões e parcerias com as secretarias municipais e estaduais de educação e adesão dos promotores de justiça naturais	TODOS OS CALENDÁRIOS ESCOLARES DO ENSINO BÁSICO ESTADUAL E MUNICIPAL COM INCLUSÃO DE CONTEÚDO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E MINORIAS SOCIAIS	SECRETARIAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, LEVANTAMENTO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA NATURAIS	REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, SOCIEDADE, MULHERES E MINORIAS SOCIAIS	2023 – 20% 2024- 50% 2026- 100%	PERCENTUAL	POSITIVA (maior melhor)	ANUAL	PROMOTORES DE JUSTIÇA NATURAIS	COORDENADOR DO NUDEMP (NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER)
ÍNDICE DE ADESÃO DAS ESCOLAS PARA INCLUSÃO DE ATIVIDADES DE PREVENÇÃO	MEDIR O ÍNDICE DE ADESÃO DAS ESCOLAS PARA INCLUSÃO DE ATIVIDADES DE	VERIFICAR A QUANTIDADE DE ESCOLAS QUE INCLUÍRAM NO CALENDÁRIO ESCOLAR AS	QUANTIDADE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURRÍCULOS COM ATIVIDADES	criação de projeto, reunião e parcerias com as secretarias municipais e estaduais	criação de projeto, reunião e parcerias com as secretarias municipais e estaduais	criação de projeto, reunião e parcerias com as secretarias	criação de projeto, reunião e parcerias com as secretarias	2026 – 20% 2028- 50% 2029- 100%	PERCENTUAL	POSITIVA (maior melhor)	ANUAL	PROMOTORES DE JUSTIÇA NATURAIS	COORDENADOR DO NUDEMP (NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER)

À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS	PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS	ATIVIDADES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS	VOLTADAS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E MINORIAS SOCIAIS.	DE EDUCAÇÃO E ADEÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA NATURAIS	DE EDUCAÇÃO E ADEÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA NATURAIS	MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E ADEÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA NATURAIS	MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E ADEÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA NATURAIS						
---	---	---	--	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--

## OBJETIVO: SAÚDE

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Fiscalizar as redes de atenção à saúde	P1.A01. Adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais para implementar a RAPS no estado	Realizar diagnóstico dos serviços atualmente existentes na RAPS.	Junho a Setembro de 2023
		Realizar comparativo dos serviços existentes com o quantitativo pactuado em CIB – Comissão Intergestores Bipartite e com o quantitativo ideal estabelecido pelo MS.	Outubro a Novembro de 2023
		Expedição de Orientação Funcional pelo NUDESAP, pertinente à estruturação da RAPS.	Dezembro/2023 a Fevereiro/2024
		Levantamento e impulsionamento das Ações Cíveis Públicas em trâmite que tenham por objeto a implementação/adequação de equipamentos RAPS.	Fevereiro a Março de 2024
		Manter tratativas com a gestão da saúde do Estado de Alagoas e dos Municípios a fim de que indiquem as providências que estão sendo adotadas para implementação dos novos serviços, com estabelecimento de metas e prazos.	Abril a junho de 2024
		Acompanhamento das metas e prazos estabelecidas.	Julho/2024 a junho/2026
		Judicialização em caso de não cumprimento das metas e prazos acordadas.	Segundo ciclo.
		Projeto “Reorganizando a RAPS/AL – 10a Região de Saúde” submetido à apreciação do PGJ.	Duração de 7 meses a partir da aprovação
	P1.A2. Adotar medidas judiciais ou extrajudiciais para que os leitos públicos e contratualizados sejam disponibilizados à população	Expedição de Orientação funcional, pelo NUDESAP, pertinente ao adequado funcionamento do serviço de regulação de leitos.	Janeiro a fevereiro de 2024
		Coleta, junto às Regulações do Estado e Municípios, de dados relativos ao percentual de leitos SUS, públicos ou contratualizados, efetivamente regulados.	Março a junho de 2024
		Coleta, junto às Regulações do Estado e	Julho a outubro de 2024



		Municípios, de dados relativos ao percentual de leitos SUS, públicos ou contratualizados, efetivamente ocupados.	
		Em caso de verificação de que a gestão não detém os dados constantes nas duas ações anteriores, adoção das medidas extrajudiciais e judiciais necessárias ao adequado funcionamento dos serviços de regulação.	Novembro de 2024 a junho de 2025
		Coleta de dados dos eventuais problemas identificados pelas regulações do Estado de Alagoas e dos Municípios para a não disponibilidade e ocupação dos leitos ofertados.	Julho de 2025 a junho de 2026
		Ajuizamento das Ações Cíveis Públicas, por equipamento hospitalar, com o escopo de que disponibilizem os leitos públicos ou cumpram os contratos firmados e recebam os pacientes de acordo com o perfil assistencial dos leitos.	Segundo ciclo
P2. Monitorar a Vigilância em Saúde.	P2.A01. Fomentar a cobertura vacinal.	Expedição de Orientação Funcional pelo NUDESAP, pertinente ao adequado percentual de vacinação da população.	Junho de 2023
		Coleta de dados referentes ao percentual da população alagoana com cobertura vacinal compatível com as determinações do PNI.	Julho a Agosto de 2023
		Realizar comparativo do percentual da população vacinada com as metas pactuadas pelos Municípios com o Ministério da Saúde.	Setembro a Novembro de 2023
		Estabelecimento de tratativas com a gestão local a fim de que adote as providências necessárias ao aumento do percentual de imunização da população, de maneira que o mesmo se torne compatível com as determinações do PNI e metas pactuadas.	Dezembro a junho de 2024
		Acompanhamento das providências adotadas pela gestão.	Julho a dezembro de 2024
		Ajuizamento de Ação Civil Pública em caso de não adoção das mencionadas providências.	Janeiro /2025 a junho de 2026.
	P2.A02. Fiscalizar as Unidades Básicas de Saúde e cobrar	Expedição de Tutorial, pelo NUDESAP e TI, acerca do funcionamento do Sistema MP	Um mês após a aprovação do projeto

	providências para sua melhoria	na unidade.	
		Projeto “Sistema MP na unidade” submetido à apreciação do PGJ.	Duração de 6 meses após a aprovação

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Projeto “Sistema MP na unidade”.	Não há custos além dos apresentados nos TAPs dos projetos.
Projeto “Reorganizando a RAPS/AL – 10a Região de Saúde”.	Não há custos além dos apresentados nos TAPs dos projetos.

Indicadores													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Percentual de ampliação da RAPS.	Medir a quantidade de serviços implantados e implementados na Rede de Atenção Psicossocial no Estado de Alagoas.	Medir a disponibilização, à população, de novos serviços da Rede de Atenção Psicossocial.	Medir a disponibilização, à população, de novos serviços da Rede de Atenção Psicossocial.	Realização de levantamento da Rede de Atenção Psicossocial atual comparando com os resultados obtidos em decorrência dos novos serviços disponibilizados.	Máxima adequação à portaria do Ministério da Saúde que estabelece os critérios e tipos de implantação dos serviços da RAPS, com foco na desinstitucionalização.	Secretarias de Saúde do Estado e dos Municípios e sistemas do Ministério da Saúde.	Sociedade, Ministério Público, gestão da saúde do Estado de Alagoas e dos municípios alagoanos, Conselhos de Direitos e Ministério da Saúde.	20% de ampliação da RAPS atualmente implantada buscando a adequação à portaria do Ministério da Saúde que estabelece os critérios e tipos de implantação dos serviços da RAPS, com foco na desinstitucionalização.	Porcentagem.	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Promotor de Justiça Natural.	Responsável pelo objetivo estratégico.
Percentual	Medir a quantidade	Medir a	Percentual	Fiscalizar a	Máxima	Secretaria	Sociedade	80% de	Porcent	POSITIVA	Bimestral	Promotor de	Responsável

de leitos da Rede de Urgência e Emergência efetivamente regulados e disponibilizados à população.	de leitos dos equipamentos que fazem parte da Rede de Urgência e Emergência efetivamente regulados e disponibilizados à população alagoana.	disponibilização dos leitos SUS, públicos ou contratualizados, à população usuária do sistema, evitando que os mesmos fiquem vazios, em havendo demanda, ou utilizados indevidamente por pacientes particulares.	de leitos efetivamente regulados, considerando a totalidade de leitos públicos e contratualizados, no Estado.	regulação dos leitos da Rede de Urgência e Emergência – RUE, para evitar que os mesmos fiquem sem uso, havendo demanda, ou com finalidade desviada.	disponibilização dos leitos SUS, públicos e contratualizados, para atendimento à população usuária do sistema público de saúde.	rias de Saúde do Estado e dos Municípios e sistemas do Ministério da Saúde.	e, Ministério Público, gestão da saúde do Estado de Alagoas e dos municípios alagoanos, Conselho de Direitos e Ministério da Saúde.	disponibilização dos leitos SUS existentes, públicos e contratualizados, para atendimento à população usuária do sistema público de saúde.	agem.	TIVA (maior melhor)		Justiça Natural.	vel pelo objetivo estratégico.
Aumento do percentual de cobertura vacinal.	Medir o aumento da cobertura vacinal da população alagoana, de acordo com o PNI - Plano Nacional de Imunização e as metas pactuadas pelos gestores.	Medir o aumento do índice da população com cobertura vacinal compatível com as determinações do PNI e metas pactuadas, tendo em vista a baixa adesão identificada principalmente durante a pandemia ocasionada pelo SARS-COV19.	Percentual de municípios que conseguiram aumentar a cobertura vacinal de seus habitantes.	Estabelecer tratativas com a gestão local a fim de aumentar o índice da população com cobertura vacinal, de maneira que o mesmo se torne compatível com as determinações do PNI e metas pactuadas.	Cumprimento das metas pactuadas pelos municípios alagoanos com o Ministério da Saúde.	Secretarias de Saúde do Estado e dos Municípios e sistemas do Ministério da Saúde.	Sociedade, Ministério Público, Poder Público do Estado e dos Municípios alagoanos, Conselho de Direitos e Ministério da Saúde.	20% de aumento da cobertura vacinal da população alagoana considerando os parâmetros atuais.	Porcentagem.	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Promotor de Justiça Natural.	Responsável pelo objetivo estratégico.
Percentual de Unidades Básicas de Saúde fiscalizadas.	Medir a quantidade de Unidades Básicas de Saúde fiscalizadas.	Medir as ações extrajudiciais e judiciais manejadas pelos Promotores de Justiça Naturais em decorrência das referidas fiscalizações.	Quantidade de Unidades Básicas de Saúde fiscalizadas.	Realização de visitas às Unidades Básicas de Saúde a fim de identificar as irregularidades existentes, possibilitando o manejo de providências extrajudiciais e judiciais para sua correção.	Melhoria da estrutura dos serviços de atenção básica nos municípios alagoanos e garantia do acesso à população aos mesmos.	Secretarias de Saúde do Estado e dos Municípios e sistemas do Ministério da Saúde.	Sociedade, Ministério Público, gestão da saúde do Estado de Alagoas e dos municípios	50% de Unidades Básicas de Saúde fiscalizadas.	Percentual de Unidades Básicas de Saúde fiscalizadas.	POSITIVA (maior melhor)	Trimestral	Promotor de Justiça Natural.	Responsável pelo objetivo estratégico.

						Saúde.	alagoano s, Conselho s de Direitos e Ministério da Saúde.						
--	--	--	--	--	--	--------	--	--	--	--	--	--	--

# ÁREA FINALÍSTICA

## OBJETIVO: CORREGEDORIA-GERAL | OUVIDORIA-GERAL

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P2. Aprimoramento do desempenho e qualidade da acessibilidade do cidadão à Ouvidoria e Corregedoria	P2.A01.Participar das rodas de conversas com a sociedade	Realizar campanha institucional a respeito do papel da Ouvidoria e Corregedoria Geral do Ministério Público de Alagoas para a sociedade.	Maio de 2023 a Julho de 2023
		Promover rodas de conversa nos municípios de Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Delmiro Gouveia, Coruripe, Rio Largo e Penedo.	Agosto de 2023 a Outubro de 2026.
P3. Intervenção na implantação e correção de política pública de natureza estrutural nos municípios alagoanos	P3.A01.Realização de palestras nos Municípios direcionadas aos agentes do Ministério Público e dos Atores estatais responsáveis pela implantação e correção da política pública estruturante	Realizar oficinas sobre a implantação e correção da política estruturante de Saúde Pública, Marco Legal do Saneamento básico e Rede de Atendimento à mulher vítima de violência doméstica nos Municípios Alagoanos a serem definidos	Agosto de 2023 a Agosto de 2026
	P3.A02. Provocar os órgãos de execução para instauração de procedimento administrativo para implantação e correção de política pública estruturante com o emprego de métodos autocompositivos	Provocar os órgãos de execução para instauração de procedimento administrativo para implantação e correção de política pública estruturante com o emprego de métodos autocompositivos	Agosto de 2023 a Agosto de 2026
		Monitorar o quantitativo de instauração de procedimentos administrativos através de inspeção e correção ordinária.	Agosto de 2023 a Agosto de 2026

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Custos a serem estimados	Custos a serem estimados

Indicador 1													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador

Quantidade de rodas de conversas realizadas e visitas da Ouvidoria e Corregedoria Geral itinerante	Quantificar o número de rodas de conversas realizadas	Consolidar a acessibilidade da sociedade à Ouvidoria e Corregedoria	Dar visibilidade à Ouvidoria e Corregedoria	Interlocução com a Sociedade e Membros	Dar visibilidade à Ouvidoria e Corregedoria	Ouvidoria, Corregedoria e Membros	Ouvidoria, Corregedoria, Membros, Servidores e Sociedade	Meta máxima: 8 rodas de conversas regionalizadas . Meta mínima: 5 rodas de conversas realizadas.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Membro do Comitê representante da Corregedoria Geral e da Ouvidoria	Ouvidoria e Corregedoria
--	---	---	---	--	---	-----------------------------------	--	--	----------------	-------------------------	-------	---	--------------------------

## Indicador 2

Quantitativo de palestras realizadas	Quantificar o número de palestras realizadas	Fomentar Implementação e Correção de Política Pública	Quantitativo de palestras realizadas	Implementação e Correção de Política Pública estruturante	Conscientização dos resultados das práticas autocompositivas para a sociedade em geral.	Ouvidoria , Membros e Corregedoria	Ouvidoria, Corregedoria, Membros, Servidores e Sociedade	Meta mínima: 15 palestras realizadas. Meta máxima: 20 palestras realizadas.	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Membro do Comitê representante da Corregedoria Geral e da Ouvidoria	Ouvidoria e Corregedoria
--------------------------------------	--	---	--------------------------------------	---	---	------------------------------------	--	---	-------------	-------------------------	-----------	---	--------------------------

## Indicador 3

Quantitativo de procedimentos administrativos instaurados na implantação e correção da política publica estruturante	Quantificar o número de procedimentos administrativos instaurados na implantação e correção da política publica estruturante	Fomentar Implementação e Correção de Política Pública	Quantitativo de procedimentos administrativos instaurados na implantação e correção da política publica estruturante	Implementação e Correção de Política Pública estruturante	Aperfeiçoar a atuação dos Promotores de Justiça na implantação e correção da política pública estruturante	Ouvidoria, Corregedoria e Membros	Ouvidoria, Corregedoria, Membros, Servidores e Sociedade	Meta mínima: 20 procedimentos administrativos instaurados: Meta Máxima: 40 procedimentos administrativos instaurados	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Membro do Comitê representante da Corregedoria Geral e da Ouvidoria	Ouvidoria e Corregedoria
--	--	---	--	---	--	-----------------------------------	--	--	-------------	-------------------------	-----------	---	--------------------------

# OBJETIVO: GESTÃO DE PESSOAS

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Analisar o Clima Organizacional de Membros e Servidores	P1.A02. Fazer pesquisa seriada sobre o clima organizacional	Elaboração de questionário de clima organizacional	Julho de 2023
		Aplicação do questionário	Agosto de 2023
		Compilar as respostas obtidas	De setembro a outubro de 2023
		Apresentar os resultados	Novembro de 2023
		Reavaliar o questionário aplicado em 2023	Julho de 2025
		Aplicação do questionário reavaliado	Agosto de 2025
		Compilar as respostas obtidas	De setembro a outubro de 2025
		Apresentar os resultados	Novembro de 2025
P2. Levantar as condições médicas (físicas e psicológicas) de membros e servidores	P2.A01. Fazer pesquisa sobre saúde mental de membros e servidores	Elaboração de questionário a respeito da saúde mental	Abril de 2026
		Aplicação do questionário	Maior de 2026
		Compilar as respostas obtidas	De junho a julho de 2026
		Apresentar os resultados	Agosto a setembro de 2026
P3. Levantar o perfil profissional/acadêmico de membros e servidores e adequá-lo na estrutura do MPAL	P3.A02. Fazer pesquisa interna para que sejam indicados os "talentos"	Aplicação do projeto "Ministério Público do Estado de Alagoas - Construindo caminhos para uma nova liderança"	De março de 2023 a fevereiro de 2024
		Elaboração de questionário sobre talentos	Março de 2024
		Aplicação do questionário	Abril de 2024
		Compilar as respostas obtidas	De maio a julho de 2024
		Apresentar os resultados	Agosto a setembro de 2024
		Treinamento no sistema de banco de talentos	Outubro de 2024
		Alimentar o sistema de banco de talentos	Novembro de 2024 a março de 2025

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Não há custo além daqueles previstos no TAP do projeto	

Indicador 1	
-------------	--

[01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Índice de pesquisas de clima organizacional realizadas	Aplicação de questionários de clima organizacional	Verificar a aplicação, a cada 2 anos, do questionário de clima organizacional	Aplicação do questionário de clima organizacional	Serve para medir a quantidade de questionários aplicados	Obter, em períodos diferentes, o diagnóstico de clima organizacional de membros e servidores do MP/AL	Diretoria de Recursos Humanos	Membros e servidores do MP/AL	Aplicação de 2 questionários de clima organizacional, com apresentação do respectivo diagnóstico	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria de Recursos Humanos	Seção de Acompanhamento de Pessoal Ativo

Indicador 2
-------------

Levantamento de saúde mental dos membros e servidores	Levantamento de condições médicas, de saúde mental, de membros e servidores	Avaliar as condições de saúde mental obtidas em relação com o quantitativo de membros e servidores	Percentual de membros e servidores que forneceram informações de saúde mental	Serve para avaliar o percentual de membros e servidores com algum distúrbio de saúde mental	Obter um panorama geral das condições de saúde mental de membros e servidores	Diretoria de Recursos Humanos	Membros e servidores do MP/AL	Obter 50% de adesão à pesquisa de condições de saúde mental	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria de Recursos Humanos	Seção de Acompanhamento de Pessoal Ativo
---	---	--	---	---	---	-------------------------------	-------------------------------	---	-------------	-------------------------	-------	-------------------------------	--

## Indicador 3



Índice de pesquisa de talentos realizadas	Aplicação de pesquisa de talentos	Verificar a aplicação do questionário da pesquisa de talentos	Realização de pesquisa de talentos	Serve para verificar a aplicação da pesquisa	Obter banco de talentos de membros e servidores do MP/AL	Diretoria de Recursos Humanos	Membros e servidores do MP/AL	Realização de 1 pesquisa de talentos e consequente criação do banco de talentos	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria de Recursos Humanos	Seção de Acompanhamento de Pessoal Ativo
---	-----------------------------------	---	------------------------------------	--	--	-------------------------------	-------------------------------	---	----------------	-------------------------	-------	-------------------------------	--

## OBJETIVO: ESCOLA SUPERIOR

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Programa de Desenvolvimento Institucional	P1.A01. Desenvolver projetos de pesquisa e extensão em áreas estratégicas	Realizar entrevistas com os responsáveis estratégicos para levantamento de ações de pesquisa e extensão;	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Imersão/participação em, ao menos, 10 ações junto aos setores estratégicos da área finalística;	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Abertura de, ao menos, 02 editais para captação de artigos/produções científicas.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Realização de, ao menos, 10 eventos culturais.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Projeto "Observatório dos Direitos Humanos do MPAL"	Fevereiro a novembro de 2023.
		Revisão da meta considerando a evolução da cooperação entre a ESMP e outros órgãos/setores do MPAL.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
	P1.A02. Estabelecer parcerias envolvendo os públicos interno e externo do MPAL	Realização de reuniões com público interno do MPAL para identificação de demandas emergentes.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Realização de reuniões com público externo ao MPAL para verificação de demandas que se integrem com a atuação institucional do MPAL.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Estabelecimento de, ao menos, 03 parcerias com escola institucional do Ministério Público de outro estado da federação.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Estabelecimento de cooperação técnica com a Universidade para aperfeiçoar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Estabelecimento de parceria com escolas institucionais para cooperação na área de capacitação de membros e servidores.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Aperfeiçoar a cooperação entre ESMP os setores estruturantes e finalísticos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2023.
		Realização de eventos que estimulem a cooperação entre setores do MPAL.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Realização de eventos que estimulem a cooperação entre MPAL e entidades externas.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
	P1.A03. Estimular a participação ativa de membros e servidores nas atividades desenvolvidas	Projeto "Escola do Júri: O Tribunal da Cidadania.	Março a novembro/2023

	pela ESMP	Revisão da meta considerando a evolução da cooperação entre a ESMP e outros órgãos/setores do MPAL.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Projeto “Construindo caminhos para uma nova liderança”	Março de 2023 a março de 2024
		Projeto “(Re)conexão”	Abril a Dezembro/2023
		Projeto “Cooperar”	Janeiro a Dezembro/2024
		Projeto “Inovação”	Janeiro a Dezembro/2025
P2. Programa de reestruturação (física e organizacional) da ESMP	P2.A01. Implementar estrutura organizacional que contemple a estrutura mínima prevista na Recomendação de Caráter Geral n.º 02/2017 do CNMP (art. 2º)	Levantamento das necessidades estruturais da ESMP-AL relacionadas aos seus objetivos institucionais.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Redação/elaboração de normativos destinados a regulamentação organização das atividades da ESMP-AL	Janeiro a junho de 2026.
		Elaboração do Regimento Interno da ESMP-AL	Janeiro a junho de 2026.
		Elaboração do Projeto Político-pedagógico da ESMP-AL	Janeiro a junho de 2026.
	P2.A02. Destinar espaço exclusivo para a ESMP, que seja situado próximo à Administração Superior	Realização de reuniões com o PGJ para busca de alternativas a alocação da ESMP em espaço físico próximo à Procuradoria-Geral;	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Realização de estudo de locais físicos dentro da estrutura da Procuradoria que possa receptionar as atividades da ESMP	Janeiro a dezembro de 2023.
		Realização de estudo de locais físicos no entorno da Procuradoria-Geral que possa receptionar as atividades da ESMP	Janeiro a dezembro de 2023.
		Proposição de nova sede para a ESMP-AL.	Dezembro de 2023.
P3. Otimização da aplicação dos recursos destinados à ESMP	P3.A01. Definir Plano Anual de Capacitação da ESMP atrelado ao orçamento destinado à ESMP	Análise das rubricas orçamentárias destinadas a ESMP-AL	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Identificação de temáticas a serem exploradas nos eventos e análise dos custos envolvidos	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Promover a divulgação dos planos anuais e mensais da ESMP.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
	P3.A02. Definir plano anual de aquisições de insumos, sistemas e equipamentos necessários às atividades da ESMP.	Realizar levantamento anual dos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades da ESMP-AL, considerando o Plano Anual de Atividades da ESMP-AL.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Estabelecer metodologia de gestão e acompanhamento do plano anual.	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.
		Estabelecer redes de cooperação para o	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026.

		compartilhamento de recursos.	
--	--	-------------------------------	--

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
P1.A01. Desenvolver projetos de pesquisa e extensão em áreas estratégicas	Parte das ações gerarão custos adicionais além daqueles já previstos nos Termos de Abertura de Projetos - TAP, os quais estão em fase de estudo.
P1.A02. Estabelecer parcerias envolvendo os públicos interno e externo do MPAL	Parte das ações gerarão custos adicionais além daqueles já previstos nos Termos de Abertura de Projetos - TAP, os quais estão em fase de estudo.
P1.A03. Estimular a participação ativa de membros e servidores nas atividades desenvolvidas pela ESMP	Parte das ações gerarão custos adicionais além daqueles já previstos nos Termos de Abertura de Projetos - TAP, os quais estão em fase de estudo.
P2.A01. Implementar estrutura organizacional que contemple a estrutura mínima prevista na Recomendação de Caráter Geral n.º 02/2017 do CNMP (art. 2º)	Parte das ações gerarão custos adicionais além daqueles já previstos nos Termos de Abertura de Projetos - TAP, os quais estão em fase de estudo.
P2.A02. Destinar espaço exclusivo para a ESMP, que seja situado próximo à Administração Superior	Parte das ações gerarão custos adicionais além daqueles já previstos nos Termos de Abertura de Projetos - TAP, os quais estão em fase de estudo.
P3.A01. Definir Plano Anual de Capacitação da ESMP atrelado ao orçamento destinado à ESMP	Parte das ações gerarão custos adicionais além daqueles já previstos nos Termos de Abertura de Projetos - TAP, os quais estão em fase de estudo.
P3.A02. Definir plano anual de aquisições de insumos, sistemas e equipamentos necessários às atividades da ESMP.	Parte das ações gerarão custos adicionais além daqueles já previstos nos Termos de Abertura de Projetos - TAP, os quais estão em fase de estudo.

Indicador 1													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Projetos de pesquisa e extensão	Refere-se ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão criados ou acompanhados pela ESMP.	Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, bem como apresentar soluções para o desenvolvimento das áreas estratégicas do MPAL.	Quantidade de projetos de pesquisa e extensão	Análise do planejamento estratégico institucional, priorização da iniciativa que será objeto do projeto de pesquisa ou extensão fomentado pela ESMP e estabelecimento das ações e metas a serem alcançadas.	Desenvolvimento de Projetos de pesquisa e extensão	ESMP, MPAL e instituições envolvidas.	Membros e servidores do MP/AL, sociedade e outras instituições envolvidas.	Desenvolvimento de 3 projetos de pesquisa / extensão.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Secretaria da ESMP.	Diretoria da ESMP

## Indicador 2

Integração institucional	Refere-se ao incentivo à criação de parcerias com públicos internos e externos visando a integração institucional.	Propiciar maior integração entre os setores do MPAL com a ESMP e outras instituições com fins educacionais.	Quantitativo de parcerias estabelecidas.	Realização de reuniões para o estabelecimento de parcerias com os públicos interno e externo visando a integração e cooperação com as atividades da ESMP	Atuação conjunta entre a ESMP e setores/instituições parceiras.	ESMP, MPAL e instituições envolvidas.	Membros e servidores do MP/AL, sociedade e outras instituições envolvidas.	30% dos setores administrativos do MPAL e 3 instituições externas.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Secretaria da ESMP.	Diretoria da ESMP
--------------------------	--	---	--	--	---	---------------------------------------	--	--	----------------	-------------------------	-------	---------------------	-------------------

## Indicador 3

Participação ativa	Refere-se ao incentivo participação de membros e servidores nas atividades da ESMP	Propiciar a participação de membros e servidores nas atividades desenvolvidas pela ESMP	Número de participantes nas atividades da ESMP	Promoção das ações realizadas pela ESMP com destaque aos seus propósitos e benefícios decorrentes.	Aumento de participações de membros e servidores nas ações da ESMP.	ESMP.	Membros e servidores do MPAL.	Participação de 50% do público estimado.	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Secretaria da ESMP.	Diretoria da ESMP
--------------------	--	---	--	--	---	-------	-------------------------------	--	-------------	-------------------------	-------	---------------------	-------------------

## Indicador 4

Estrutura organizacional	Refere-se à reestruturação organizacional da ESMP.	Propiciar maior integração e participação de membros e servidores nas atividades desenvolvidas pela ESMP.	Estabelecimento de normativos destinados à regulamentação organizacional desta escola institucional.	Estabelecimento de corpo normativo de modo a propiciar maior integração física e organizacional para esta escola institucional.	Melhor atuação organizacional da escola institucional.	ESMP e MPAL.	Membros e servidores do MPAL.	Publicação do regimento interno e projeto político-pedagógico da ESMP.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Secretaria da ESMP.	Diretoria da ESMP
--------------------------	--	---	--	---	--	--------------	-------------------------------	--	----------------	-------------------------	-------	---------------------	-------------------

### Indicador 5

Estrutura física	Refere-se à reestruturação física da ESMP.	Propiciar maior integração e participação de membros e servidores nas atividades desenvolvidas pela ESMP.	Espaço físico destinado à ESMP	Alocação da ESMP em espaço próximo à sede da Procuradoria-Geral de Justiça.	Aumento da proximidade entre a ESMP e a Procuradoria-Geral de Justiça	ESMP e MPAL.	Membros e servidores do MPAL.	Alocação de espaço para a ESMP no raio de 500m em relação à Procuradoria-Geral de Justiça.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Secretaria da ESMP.	Diretoria da ESMP
------------------	--	---	--------------------------------	---	---	--------------	-------------------------------	--	----------------	-------------------------	-------	---------------------	-------------------

### Indicador 6

Plano anual de capacitação	Refere-se ao planejamento anual de capacitação da ESMP.	Aperfeiçoar o planejamento das atividades da ESMP e divulgar a programação anual considerando o orçamento institucional.	Número de capacitações realizadas.	Planejar e publicar as atividades da ESMP com antecedência e de forma anual.	Estabelecimento e divulgação anual do programa de capacitação da ESMP.	ESMP.	Membros e servidores do MPAL.	1 plano de capacitação para o ano seguinte.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Secretaria da ESMP.	Diretoria da ESMP.
----------------------------	---	--	------------------------------------	--	--	-------	-------------------------------	---	----------------	-------------------------	-------	---------------------	--------------------

Indicador 7													
Plano anual de aquisições	Refere-se à criação e à promoção do plano anual de aquisição de insumos, sistemas e equipamentos necessários ao planejamento, execução e avaliação das atividades da ESMP.	Aperfeiçoar o desenvolvimento das atividades da ESMP, considerando o orçamento institucional.	Insumos, sistemas e equipamentos para o desempenho das atividades da ESMP.	Planejar as compras para o desempenho das atividades da ESMP com antecedência e de forma anual.	Atendimento do maior número possível do público interno e eficiência na prestação dos serviços pela ESMP.	ESMP.	Membros e servidores do MPAL.	1 plano de aquisições para o ano seguinte.	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Secretaria da ESMP.	Diretoria da ESMP.

## OBJETIVO: CONTROLE INTERNO

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Melhorar a gestão de aquisições do órgão, com canais de comunicação entre as unidades, tendo como objetivo analisar e atender demandas comuns.	P1.A01. Elaborar, junto com todas as unidades da área administrativa, um plano anual de contratações.	Contratação de capacitação para estudo aprofundado sobre elaboração de plano anual de contratações	2023 - 2026
		Reunião com todas as diretorias administrativas para explicação do que consiste um plano anual de contratações e elaboração em conjunto do PAC	2023 - 2026
		Divulgação ampla interna do PAC	2023 - 2026
		Monitoramento do cumprimento do PAC	2023 - 2026
	P1.A02. Criar sistema informatizado para canalizar as demandas administrativas.	Reunião com a DTI e Diretoria de Apoio Administrativo para planejamento do sistema	2023 - 2026
		Criação do sistema	2023 - 2026
		Divulgação ampla interna da necessidade de utilização do sistema para qualquer demanda administrativa	2023 - 2026
P2. Avaliar a qualidade dos processos internos que resultam em despesas ao órgão.	P2.A01. Eleger os procedimentos mais sensíveis a riscos, para um acompanhamento detalhado de cada etapa desde o início da tramitação.	Reunião com todas as diretorias administrativas para que, juntos, sejam redefinidos quais os critérios objetivos para classificar um procedimento como “procedimento sensível a riscos”	2023 - 2026
		Criação de comissão de acompanhamento de procedimentos sensíveis a riscos	2023 - 2026
		Elaboração de regimento com as atribuições da comissão de acompanhamento de procedimentos sensíveis a riscos	2023 - 2026
	P2.A02. Mapear processos e criar manuais de procedimentos internos de avaliação e controle de despesas	Elaborar mapeamento dos processos de aquisição e contratações de qualquer natureza de acordo com a nova Lei de Licitações	2023 - 2026
		Elaborar manual acerca da avaliação da relação custo x benefício das aquisições e contratações	2026 - 2029

Previsão de custos



Ação ou projeto	Custos
P1.A01. Elaborar, junto com todas as unidades da área administrativa, um plano anual de contratações.	Custo referente à atividade “capacitação para estudo aprofundado sobre elaboração de plano anual de contratações”. Ainda sem valores estimativos.
P2.A01. Elegar os procedimentos mais sensíveis a riscos, para um acompanhamento detalhado de cada etapa desde o início da tramitação.	Custo referente à atividade “Criação de comissão de acompanhamento de procedimentos sensíveis a riscos”. Ainda sem valores estimativos diante da ausência de definição de quantos servidores irão compor a comissão.

Indicador 1													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Índice de contratações que estavam previstas no plano anual de contratações	O indicador mensura o quantitativo de contratações realizadas que estavam previstas no plano anual de contratações	Promover a gestão orçamentária e financeira; aprimorar a governança e a gestão das aquisições; realizar o gerenciamento de riscos nas aquisições; garantir a transparência das aquisições.	Contratações realizadas pelo órgão.	Comparativo entre as contratações efetivadas e o plano anual de contratações	Espera-se que ao menos 70% das contratações realizadas tenham sido previstas no plano anual de contratações	Planilhas de contratações da Diretoria de Programação e Orçamento	Diretoria-Geral, Diretoria de Programação e Orçamento, Controladoria Interna, Diretoria de Apoio Administrativo	Prever 90% das contratações no plano anual de contratações. Meta mínima 50%.	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria-Geral	Diretoria-Geral

Indicador 2													
Índice de contratações que foram solicitadas por meio do sistema de canalização de demandas administrativas	O indicador mensura o quantitativo de contratações que, antes da instauração do procedimento, utilizaram o sistema informatizado visando agrupar demandas comuns	Atender demandas comuns, reduzindo custos e prazos.	Dados do sistema informatizado	Criação do sistema junto à TI, implantação e fomento para utilização.	Um maior controle nas aquisições por meio da informatização das solicitações	Dados do sistema informatizado	Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Apoio Administrativo, Diretoria-Geral	100% das contratações devem utilizar o sistema de canalização de demandas administrativas	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Diretoria de Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação

Indicador 3													
Índice de qualidade de procedimento administrativo	Avaliar se os procedimentos internos que resultam em despesas ao órgão são instaurados dentro dos parâmetros exigidos por normas internas	Avaliar os processos internos quanto ao aspecto da regularidade a normas internas	Procedimentos administrativos instaurados no sistema GED	Procedimentos mais sensíveis a riscos e que envolvam despesas continuadas, ou seja, por mais de um exercício, e processos de despesas com valores acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)	Melhorar a qualidade da instrução processual	Sistema informatizado GED	Diretoria-Geral, Diretoria de Programação e Orçamento, Controladoria Interna, Diretoria de Apoio Administrativo	Avaliar 100% dos processos selecionados	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Controle Interno	Controle Interno

Indicador 4													
Índice de mapeamento de processos	Mensurar os processos que requerem um maior controle financeiro e de execução	Avaliar a qualidade dos processos selecionados, quanto ao aspecto da execução financeira e operacional, visando readequar o controle dessas despesas	Procedimentos de natureza continuada e aquisições de maiores valores financeiros	Procedimentos mais sensíveis a riscos e que envolvam despesas continuadas, ou seja, por mais de um exercício, e processos de despesas com valores acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)	Melhorar a instrução de processos	Portal Transparência do órgão e sistema informatizado GED	Portal Transparência do órgão e sistema informatizado GED	Avaliar 100% dos processos selecionados	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Controle Interno	Controle Interno

## OBJETIVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Adequar a legislação administrativa do MPAL	P1.A01. Levantamento de meios existentes, bem como compartilhamento de dados, ajustando à realidade local	Levantamento de dados.	Julho a Dezembro de 2023
		Análise dos dados colhidos	Janeiro a Junho de 2024
		Confronto com a realidade local	Julho a Dezembro de 2024
		Adequação da legislação local	2025
	P1.A02. Combinar nova legislação com as melhores práticas administrativas	Colheita das práticas administrativas mais eficientes	Janeiro a Junho de 2024
		Confronto com a legislação	Julho a Dezembro de 2024
		Apresentação da legislação administrativa devidamente adequada	2025
P2. Adequar a infraestrutura física	P2.A1. Levantamento de PJ de 2ª entrância se sede própria e de 1ª entrância com maior percentual de termos (relativo à área de abrangência)	Avaliar as necessidades da promotoria de justiça em relação a estrutura física	De maio de 2023 a dezembro de 2023
		Definir as prioridades para a adequação da infraestrutura física	2024
		Elaborar projeto com descrição detalhada das obras/mudanças que serão realizadas, o orçamento necessário e o cronograma de execução	2025
		Monitorar e avaliar a adequação da infraestrutura física da promotoria de justiça	2026
	P2.A02. Estruturar um refeitório para membros e servidores	Avaliar a demanda de usuários	Maio de 2023 a dezembro de 2023
		Projetar o espaço do refeitório	Janeiro de 2024 a Junho de 2024
		Escolha de equipamentos e mobiliário	Julho de 2024 a dezembro de 2024
		Monitorar e avaliar constantemente o funcionamento do refeitório	2025
P3. Buscar governança de logística	P2.A01. Planejamento e inclusão de demandas administrativas que apresentem processos sinérgicos, bem como estruturação dos processos de suporte administrativos	Coleta de dados e identificação dos processos de suporte administrativo sinérgicos	Maio de 2023 a março de 2024
		Avaliação e estruturação de processos e objetivos comuns	Abril de 2024 a Setembro de 2024
		Utilização de programas institucionais para melhoria da prestação dos serviços	Outubro de 2024 a Junho de 2025
		Monitoramento dos resultados e avaliação através de feedback	Julho de 2025 a dezembro de 2025
	P2.A03. Buscar sistemas tecnológicos integrados para a área administrativa	Identificar o processo	Maio de 2023 a dezembro de 2023
		Definir objetivos e indicadores	Janeiro de 2024 a Junho de 2024
		Coleta e análise de dados - dados coletados, realizar uma análise detalhada do processo de trabalho e identifique os pontos fortes e fracos do processo. Usar os indicadores definidos	Julho de 2024 a Março de 2025

		anteriormente para medir o desempenho do processo.	
		Desenvolver um plano de ação: Desenvolva um plano de ação para implementar as melhorias identificadas	Abril de 2025 a dezembro de 2025
		Implementar as mudanças	Janeiro de 2026 a Junho de 2026
		Monitorar e avaliar	Julho de 2026 a dezembro de 2026

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Sistemas de gestão administrativa	Não há custos além dos previstos nos projetos

Indicador 1													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Adequação da legislação administrativa do MPAL	Adequar a legislação administrativa das unidades ministeriais e administrativas	Realizar benchmarking com todos os MP's do território nacional para elaboração de manuais para todos os setores da área administrativa (DAA, DG, DPO, DCF, DP, DTI, DC), sugestão de pelo menos 01 manual para cada área.	Avaliação	Realização de oficinas, mapeamento de fluxos e processos, criação de manuais	Unidades administrativas interligadas e funcionando coesas e participativas	Diretoria-Geral	Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa, Administração Superior, Sociedade em geral	Meta para primeiro semestre de 2023 – 20%; Meta para o segundo semestre de 2023 – 40%; Meta para o primeiro semestre de 2024 – 60%; Meta para o segundo semestre de 2024 – 80%; Meta para o primeiro semestre de 2025 – 100%	Número de áreas atingidas pela atualização dos manuais/número total de manuais necessários	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Diretoria-Geral	Diretoria-Geral

Indicador 2													
Adequação da legislação administrativa do MPAL	Adequar a legislação administrativa das unidades ministeriais e administrativas	Adequar os manuais com as melhores práticas administrativas (nacionais/int	Avaliação	Realização de oficinas, mapeamento de fluxos e processos, criação de	Unidades administrativas interligadas e funcionando coesas e participativas	Diretoria-Geral	Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa, Administração Superior,	Meta para primeiro semestre de 2023 – 20%; Meta para o segundo	Número de áreas atingidas pela atualização dos manuais/número	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Diretoria-Geral	Diretoria-Geral

	s	ernacionais) empregadas no setor público/privado em conformidade com a realidade ministerial (Ex: ISO 9001, ISO 16280, governança corporativa e compliance).		manuais			Sociedade em geral	semestre de 2023 – 40%; Meta para o primeiro semestre de 2024 – 60%; Meta para o segundo semestre de 2024 – 80%; Meta para o primeiro semestre de 2025 – 100%	ro total de manuais necessários				
--	---	--	--	---------	--	--	--------------------	---	---------------------------------	--	--	--	--

Indicador 3													
Indicador de desempenho de governança de logística	Adequar a infraestrutura física ao número de promotorias de justiça que não tem sede própria	Impulsionar a construção de novas unidades de Promotorias de Justiça em consonância com o orçamento ministerial	Quantidade de sedes locadas/quantidade de locais que não tem sede própria	Realização de levantamento do quantitativo de unidades locadas e promotorias de justiça ainda instaladas em salas dos fóruns estaduais.	Realização de levantamento do quantitativo de unidades locadas e promotorias de justiça ainda instaladas em salas dos fóruns estaduais.	Diretoria-Geral	Diretoria Geral e demais áreas envolvidas	Meta para o primeiro semestre de 2023 – 01 unidade; Meta para o segundo semestre de 2023 – 02 unidades; Meta pra ao primeiro semestre de 2024 – 03 unidades; Meta para o segundo semestre de 2024 – 04 unida; Meta para o primeiro semestre de 2025 - -5 unidades; Meta para o segundo semestre de 2025 – 06 unidades	Número de sedes próprias	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Diretoria de Apoio Administrativo	Diretoria de Apoio Administrativo

Indicador 4
-------------

Construção de refeitório	Necessidade de espaço adequado para realização de refeições	Atendimento de demanda reprimida quanto à necessidade de alimentação de membros, servidores e colaboradores	Construção de espaço apropriado para realização de refeições	Busca de espaço físico adequado, levantamento das necessidades de espaço físico, obras, conclusão do espaço	Construção de 01 (um) refeitório	Diretoria-Geral	Diretoria-Geral	Construção de 01 refeitório padrão até 2025	Valor numérico	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Diretoria-Geral	Diretoria-Geral
--------------------------	---	---	--	---	----------------------------------	-----------------	-----------------	---	----------------	-------------------------	-----------	-----------------	-----------------

### Indicador 5

Indicador de desempenho de governança de logística	Medir o tempo para resolução de necessidades administrativas com estimativa no fluxo mapeado (parceria escritório de processos/DAA) – processo de melhoria contínua	Aferição dos prazos de realização dos serviços administrativos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas	Medição através dos fluxos processuais	Criação dos fluxos de processos, metas de produtividade, aferição de resultados	Implantação de fluxos de processo em todas as áreas administrativas do Ministério Público de Alagoas	Diretoria Geral	Diretoria Geral, Diretoria de Apoio Administrativo, Escritório de Planejamento Estratégico	Implantação de fluxos de processo à ordem de 33% ao ano, findando em 2025.	Setores implantados/total de setores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Escritório de Planejamento Estratégico	Coordenador do Escritório de Planejamento Estratégico
--	---	--	--	---	--	-----------------	--	--	--	-------------------------	-----------	--	---

### Indicador 6

Avaliar eficiência dos métodos de trabalho em harmonia com os fluxos laborais	Medição da eficiência operacional por meio de aferição dos fluxos-laborais	Aumentar a eficiência das atividades inerentes a DAA	Medição das atividades de serviço	Mapeamento dos fluxos, aferir os serviços, reestruturar de acordo com a necessidade	Melhoria das atividades realizadas pela Diretoria de Apoio Administrativo	Diretoria de Apoio Administrativo	Diretoria Geral, Diretoria de Apoio Administrativo	03 serviços por ano	Quantidade de serviços remodelados	POSITIVA (maior melhor)	Semestral	Diretoria de Apoio Administrativo	Diretor de Apoio Administrativo
---	--	--	-----------------------------------	---	---	-----------------------------------	--	---------------------	------------------------------------	-------------------------	-----------	-----------------------------------	---------------------------------

## OBJETIVO: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. Capitar Recursos Externos	P1.A1. Criação de política de captação de recursos externos	Definir quais setores serão envolvidos no processo de criação da política.	2023
		Mobilizar a Adim. Superior visando a política de captação de recursos	2023
		Implementar a política de captação de recursos	2024-2026
	P01.A02. Mapeamento de fluxo processual para captação de recursos externos	Provocar o escritório de processo para a realização do mapeamento do fluxo.	2023
		Pesquisar modelos existentes em outros MP	2023
		Entrega do mapeamento do fluxo processual	2023-2024
P2. Avaliar a efetividade do gasto público na ótica Custo x benefício	P02.A01. Avaliação prévia na forma de contratação nos processos de aquisição de bens e serviços.	Realização de capacitação	Contínuo
		Avaliar os custos nas modalidades de licitação	Contínuo
		Avaliar o cumprimento dos itens relacionados as estimativas dos valores de contratações nos ETPs	Contínuo
	P2.A4. Utilização de métodos inovadores nos processos de aquisição de bens e serviços	Elaborar relatórios	Contínuo
		Pesquisar e avaliar as ferramentas disponíveis no mercado	2023
		Contratar a ferramenta mais adequada e eficaz	2023
		Avaliar a efetividade da contratação da ferramenta.	2023
P03. Adotar política de sustentabilidade no MPEAL utilizando o modelo de gestão ESG	P3.A1. Implantação de projetos visando a redução de custos utilizando energia renovável, reuso de água e afins.	Verificar a capacidade técnica dos servidores para implantação de projetos visando a sustentabilidade	2024
		Analisar estrutura física e processual do MP visando a realização de contratações sustentáveis	2024
		Elaboração de projetos visando redução de custos, utilizando energia renovável, reuso de água e afins	2024-2026

	P3.A2. Adotar política de gestão baseada em custos.	Apresentação do modelo de ATO para implementação da governança baseada em curtos.	2023
		Implementação da Política de Gestão baseada em custos	Contínuo
		Apresentação do relatório de Custos do Ministério Público.	Contínuo

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Não há previsão de custos	

Indicador 1													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Percentual de implementação	Medidas executadas para a criação da política.	Medir as ações executadas para a criação da política.	Avaliar a realização da ação estratégica.	Mobilizar a administração superior visando a criação da política de captação de recursos externos.	Efetivação da implementação da política de capacitação de recursos externos.	Setores envolvidos no processo de criação da política.	MPEAL.	Meta mínima – 70% Implementar política de captação de recursos. Meta Máxima - 100% Implementar política de captação de recurso	Percentual da política implementada.	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF

Indicador 2
-------------



Percentual de implementação	Medidas executadas para o mapeamento do fluxo da captação de recursos externos.	Medir as ações executadas para o mapeamento do fluxo da captação de recursos externos.	Avaliar a realização da ação estratégica.	Provocar o escritório de processos para a realização do mapeamento do fluxo de captação de recursos externos.	Realização do mapeamento do fluxo do processo.	Pesquisa de modelos existentes em outros MPs.	MPEAL.	Meta Máxima - 100% Implementar política de captação de recursos.	Percentual da realização do mapeamento.	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF
-----------------------------	---	--	---	---	--	---	--------	--	---	-------------------------	-------	---	---

### Indicador 3

Percentual da qualidade do modelo de relatório	Medir a qualidade dos relatórios com a justificativa do modelo de contratação.	Avaliar os modelos de contratação.	Relatórios com justificativas do modelo de contratação.	Ações integradas com Controle Interno e Consultoria Jurídica para adequações necessárias nos processos de aquisição.	Alocação mais eficiente dos recursos proporcionando escolhas com melhor custo x benefício para instituição.	Controle Interno	MPEAL	100% dos Relatórios consistentes relacionados aos objetivos.	Percentual de implementação do modelo de relatório.	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Controle interno	Controle interno
--	--	------------------------------------	---	--	---	------------------	-------	--	---	-------------------------	-------	------------------	------------------

### Indicador 4

Percentual da implementação da metodologia inovadora	Medir o percentual da implementação da metodologia inovadora.	Analisar e acompanhar de forma mais eficiente as contratações realizadas.	Proporcionar maior efetividade nas contratações.	Sugerir a contratação de uma ferramenta eficaz para acompanhamento dos processos de aquisição e contratos.	Maior efetividade do gasto público	Pesquisas de empresas que fornecem ferramentas para atender esse tipo de demanda.	MPEAL	Meta mínima - 25% de implementação o Meta máxima – 50% de implementação	Percentual de implantação da solução.	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria Geral	Diretoria Geral
--	---	---	--	--	------------------------------------	---	-------	---	---------------------------------------	-------------------------	-------	-----------------	-----------------

Indicador 5													
Percentual de implantação dos projetos	Implantação dos projetos no MP	Medir o percentual da implementação dos projetos.	A implementação dos projetos.	Criação de projeto de viabilidade da utilização de energias renováveis, reuso de água e afins, com posterior implantação, caso seja viável para o órgão.	Redução de custos na utilização dos recursos orçamentários, alinhada à práticas de sustentabilidade.	Consulta a outros projetos com mesmo fim.	MPAL e Sociedade.	100% de implementação	Percentual da implantação dos projetos.	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria de Programação e Orçamento – DPO	Diretoria de Programação e Orçamento - DPO

Indicador 6													
Percentual de implantação da política de gestão baseada em custos.	Implantação da política de gestão baseada em custos.	Medir o percentual da implementação da política de gestão baseada em custos.	A implementação da política de gestão baseada em custos.	Mudança na forma de pensar, agir e investir os recursos através de criação de uma cultura de gestão baseada em custos dentro da instituição.	Melhoria da qualidade do gasto público, através de planejamento real e consistente.	MPEAL.	MPAL e Sociedade.	100% de implementação	Percentual da implantação da política de gestão baseada em custos.	POSITIVA (maior melhor)	Anual	Diretoria de Programação e Orçamento – DPO	Diretoria de Programação e Orçamento - DPO

## OBJETIVO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1. PROMOVER O AUMENTO DA MATURIDADE DE GOVERNANÇA DE DADOS	P01.A01. Elaborar e Publicar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	Pesquisa e estudos de outros PETI e PDTI de outras instituições para referências	Abril/2023-Junho/2023
		Oficinas de Trabalho com os Chefes das Seções de Tecnologia da Informação.	Junho/2023 - Janeiro/2024
		Contratação de empresa especializada e/ou Elaboração do PETI	Janeiro/2024-Dezembro/2024 (atividade continuada de elaboração)
		Contratação de empresa especializada e/ou Elaboração do PDTI	Janeiro/2024-Dezembro/2024 (atividade continuada de elaboração)
		Encaminhamento de minutas do PETI e PDTI para apreciação e aprovação pelo CETI, para posterior publicação.	Janeiro/2025
P2. PROMOVER A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS	P2.A01. Adequar Sistemas e Parque Computacional	Pesquisar e Elaborar uma minuta de Ato para normatização das demandas para o desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação.	Setembro/2023-Junho/2024
		Encaminhar para aprovação minuta do Ato para normatização das demandas para o desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação no CETI para posterior publicação.	Junho/2024
		Realização de estudos técnicos e de viabilidade para dimensionamento e adequação do parque computacional de equipamentos e periféricos para membros e servidores.	Abril/2023 a Dezembro/2026 (análise periódica)
	P2.A02. Promover Evolução Tecnológica na Infraestrutura de Datacenter	Realização de estudos técnicos e de viabilidade sobre soluções para a manutenção e modernização do DataCenter.	Período Abril/2023-Dezembro/2026 (execução de forma continuada e periódica)
		Elaborar planilhas de custos dos investimentos necessários para emparelhamento e modernização do DataCenter	Período Abril/2023-Dezembro/2026 (execução de forma continuada e periódica)
		Elaboração de Documentação para os procedimentos de aquisições e contratações necessárias.	Período Abril/2023-Dezembro/2026 (execução de forma continuada e periódica)
		Aberturas e acompanhamento de Processos Administrativos Solicitando Autorização do Procurador-Geral de Justiça para aquisições e contratações.	Período Abril/2023-Dezembro/2026 (execução de forma continuada e periódica)
	P3. ADEQUAR O QUADRO DE SERVIDORES DE ACORDO COM AS DEMANDAS INSTITUCIONAIS	P3.A02. Capacitar Continuamente os Servidores de Tecnologia da Informação	Pesquisa com os servidores da DTI sobre sugestões de cursos relacionados as suas atividades e o aumento da qualificação.
Levantamento dos Formatos dos Cursos e respectivas caraterísticas.			Janeiro/2024 à Abril/2024
Reunião com os Chefes de Seção de Tecnologia da Informação para a definição da melhor opção considerando as informações coletadas.			Abril/2024
Elaborar Documentação para a Contratação dos Cursos			Mai/2024

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Não há previsão de custos	

Indicador 1													
[01. Nome do Indicador]	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Elaboração de PETI e PDTI	Elaboração e Publicação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	Nortear e Dar Diretrizes para uma Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação Eficaz e Alinhada com os Objetivos Estratégicos Institucionais	Publicação de PETI e PDTI dentro do prazo final do ciclo	Contratação de empresa especializada e/ou elaboração do PETI e PDTI	Otimização das Diretrizes e Ações Promovidas pela Diretoria da Tecnologia de Informação	Ministério Público do Estado de Alagoas Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (PGJ-AL) Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	Etapa 1: 25%: Capacitação da Equipe Etapa 2: 50%: Contratação de Empresa Especializada Etapa 3: 75%: Elaboração do PETI e PDTI Etapa 4: 100%: Publicação do PETI e PDTI	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	SEÇÃO DE PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Indicador 2													
Adequar Sistemas Aprovados pelo Comitê Estratégicos de Tecnologia da Informação (CETI)	Adequar, Desenvolver, Implantar Sistemas Internos e Externos para o Ministério Público do Estado de Alagoas	Dotar o Ministério Público do Estado de Alagoas de Sistemas Afim de Promover seu Melhor Funcionamento	Sistemas Aprovados pelo Comitê Tecnológico de Tecnologia da Informação (CETI) e Implantados no Ministério Público do Estado de Alagoas	Desenvolvimento e implantação de sistemas e do parque computacional, em conformidade com as diretrizes aprovadas no CETI.	Implantar e Desenvolver ao menos 80% dos sistemas Aprovados pelo Comitê Tecnológico de Tecnologia da Informação (CETI).	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	Sociedade do Estado de Alagoas Membros, Servidores e demais Colaboradores do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL) Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	80%	(Número de Sistemas Implementados / Número de Sistemas Aprovados pelo CETI) x 100	POSITIVA (maior melhor)	Anual	SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Indicador 3													
Melhorias no Datacenter	Melhorias no Datacenter relacionados as Partes Física e Lógica	Aprimorar a Infraestrutura Física e Lógica do Datacenter	Etapa 1: 20%: Equipamentos Elétricos Etapa 2: 40%: Porta Segura Etapa 3: 60%: Piso Elevado Etapa 4: 80%: Controle de Incêndio e Monitoramento de Temperatura Etapa 5: 100%: Renovação e Aquisição de Equipamentos e Softwares de Datacenter	Otimização da Infraestrutura do Datacenter Visando Melhor Promover os Serviços Ofertados pela Diretoria da Tecnologia de Informação	Otimização da Infraestrutura do Datacenter Visando Melhor Promover os Serviços Ofertados pela Diretoria da Tecnologia de Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) Setor de Engenharia	Ministério Público do Estado de Alagoas Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) Setor de Engenharia	Etapa 1: 20%: Equipamentos Elétricos Etapa 2: 40%: Porta Segura Etapa 3: 60%: Piso Elevado Etapa 4: 80%: Controle de Incêndio e Monitoramento de Temperatura Etapa 5: 100%: Renovação e Aquisição de Equipamentos e Softwares de Datacenter	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE REDES E APOIO OPERACIONAL	DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Indicador 4													
Capacitação dos Servidores de Tecnologia da Informação	Capacitação Contínua dos Servidores de Tecnologia da Informação com Melhores Práticas	Dotar de Conhecimento os Servidores de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado de Alagoas Visando Melhorar o Desempenho de suas Atividades	Servidores de TI efetivamente capacitados	Promoção de Cursos de Capacitação Alinhados e Aderentes as capacitações planejadas em conjunto com a DTI e o CETI.	Proporcionar a melhoria contínua da gestão de serviços de TI da instituição.	Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	Servidores de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL)	50% dos cursos solicitados serem aprovados	(Quantidade de Cursos de TI Aprovados / Quantidade de Cursos Solicitados) x 100%	POSITIVA (maior melhor)	Anual	SEÇÃO DE PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

## OBJETIVO: GESTÃO ESTRATÉGICA

Programa Estratégico	Ação Estratégicas	Atividades	Período
P1.A01. Realizar capacitações periódicas com os gerentes de projetos/coordenadores para conhecimentos das melhores práticas	P1.A01. Realizar capacitações periódicas com os gerentes de projetos/coordenadores para conhecimentos das melhores práticas;	Participação contínua da equipe da ASPLAGE em formações oferecidas pelo CNMP, bem como participação na CPGE.	De maio de 2023 à dezembro de 2026.
		Realização de capacitações contínuas para utilização da plataforma INOVA dirigidas aos novos gerentes de Projeto, equipes designadas ou membros interessados;	De maio de 2023 à dezembro de 2026.
		Realização de oficinas de capacitação em Gestão Estratégica, Gerenciamento de Projetos e Construção de Fluxos Laborais.	De maio de 2023 à dezembro de 2026.
	P1.A2. Fomentar a criação de fluxos em parceria com as áreas estruturante e finalística por meio de capacitações de curta duração em parceria com a ESMP;	Realização de oficinas em Gestão de Processos para sensibilizar e fomentar a construção de Fluxos Laborais Institucionais.	De maio de 2023 à dezembro de 2026.
		Criar e estruturar portfólio de processos laborais no Inova.	De maio de 2023 à dezembro de 2026.
P2. Elaboração de plano de comunicação para divulgação periódica das ações e resultados do Planejamento Estratégico	P2.A1.Criação de informativo pela ASCOM, voltado às ações, processos e projetos estratégicos da Instituição	Realização de reunião com a comunicação para definição do formato da publicação dos periódicos;	De maio de 2023 até junho de 2023.
		Utilização do sistema <i>Business Intelligence</i> para estruturação e divulgação de estatísticas dos Projetos, Gestão Estratégica e Fluxos de trabalho;	De junho de 2023 até dezembro de 2023.
		Apresentação de Plano de	De de junho de 2023 à setembro de 2023.

		Comunicação para ser executado por meio de informativos periódicos;	De setembro de 2023 à dezembro de 2026.
		Execução do Plano de Comunicação em parceria com a Assessoria de Comunicação de forma mensal, com a publicação das ações e resultados alcançados por meio do Planejamento Estratégico.	

Previsão de custos	
Ação ou projeto	Custos
Não há previsão de custos.	R\$ 0,00

Indicadores													
01. Nome do Indicador	Descrição	Finalidade	Objeto de Mensuração	Detalhamento do Escopo	Resultados Esperados	Fontes de Dados	Partes Interessadas	Meta	Forma de Cálculo	Polaridade	Periodicidade de Coleta	Responsável pela Coleta	Guardião do indicador
Membros e servidores capacitados nas metodologias e ferramentas disponíveis de gestão estratégica, projetos e processos	Mede a quantidade de membros e servidores capacitados nas metodologias e ferramentas disponíveis de gestão estratégica, projetos e processos	Aprimorar o desenvolvimento das melhores práticas de gestão e planejamento dentro da Instituição	Número de membros e servidores capacitados	Realizar capacitações para utilização da ferramenta INOVA para planos, projetos e processos, bem como capacitar membros e servidores nas metodologias mais avançadas e eficientes em resolutividade	Membros e servidores atuando de forma mais resolutiva, utilizando as metodologias e ferramentas disponibilizadas pela Instituição.	ASPLAGE	MPAL e Sociedade.	70% de membros e servidores capacitados nas áreas de Gestão Estratégica, Projetos e Processos	Porcentagem	POSITIVA (maior melhor)	Anual	ASPLAGE	ASPLAGE
Total de fluxos mapeados	Mensurar a quantidade de fluxos de trabalho elaborados pelas áreas finalísticas e/ou estruturantes	Sensibilizar o público interno sobre a importância da criação dos fluxos laborais por meio da identificação de	Número de processos aprovados	Criar fluxos por meio de capacitações de curta duração (oficinas) em gestão de processos, bem como capacitar membros e servidores nas metodologias e boas práticas para tornar	Aumento no número de setores/Promotorias com fluxos de trabalho mapeados e aprovados.	ASPLAGE	MPAL e Sociedade.	50 fluxos aprovados	Númérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	ASPLAGE	ASPLAGE

		oportunidade s de melhorias contribuindo para o aprimorament o institucional.		a atuação ministerial mais eficientes em resolutividade									
Número de informativos do Planejamento Estratégico	Mede o número de informativos das ações e resultados do Planejamento Estratégico	Melhorar a comunicação do Planejamento Estratégico e aumentar a publicidade das ações e resultados	Número de informativo s das ações e resultados do Planejamen to Estratégico	Criação novos mecanismos de comunicação, como informativos periódicos, e espaço dentro do site institucional do MP, bem como utilização de outras ferramentas de comunicação de alcance, como redes sociais, para divulgar as ações e resultados do Planejamento Estratégico, principalmente aquelas que trazem resultados práticos para a sociedade	Divulgar de maneira clara e objetiva, tanto para o público interno como para a sociedade os resultados do Planejamento Estratégico	ASPLAGE	MPAL, ASPLAGE, Comunicaç ão e Sociedade.	60 informativos publicados	Numérico	POSITIVA (maior melhor)	Anual	ASPLAGE	ASPLAGE